

SIXTY DEGREES

Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo S.A.



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2025

Sixty Degrees - S.G.O.I.C., SA.

Sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 515 373 508

Sede: Avenida João Crisóstomo, 30 6º esq. 1050-127 Lisboa, PORTUGAL Capital Social: 1.270.835€

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	6
2. INTRODUÇÃO	8
3. ENQUADRAMENTO GERAL DA ATIVIDADE	11
4. ATIVIDADE E DESEMPENHO.....	19
5. GOVERNAÇÃO E RISCO	22
6. ANEXOS.....	28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

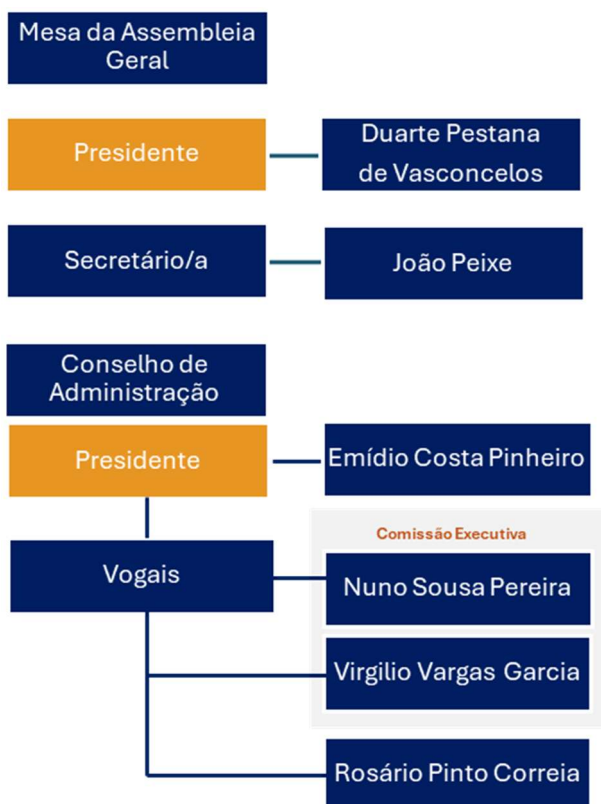


RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

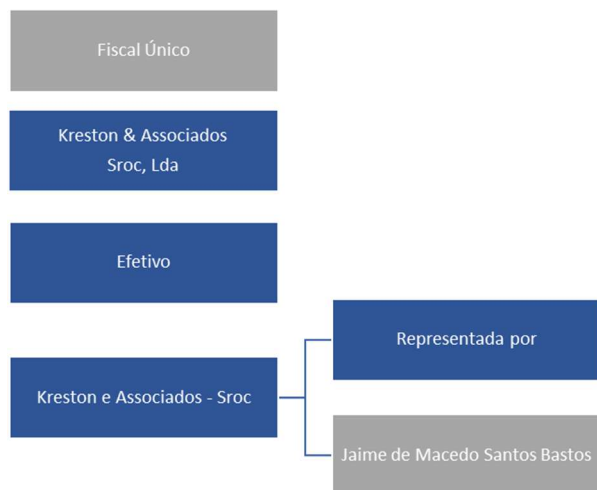


Órgãos Sociais

1. ÓRGÃOS SOCIAIS



A Administração da Sociedade compete a um Conselho de Administração composto por um mínimo de três e um máximo de sete membros, sendo um Presidente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos.





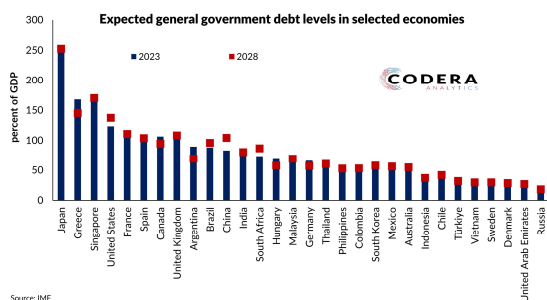
Introdução

2. INTRODUÇÃO

Principais ideias de 2025

O ano que agora termina foi marcado pela “desglobalização” e pelo aumento das tensões geopolíticas que estão a levar muitos países a reavivar políticas industriais internas e a reforçar a sua soberania económica. Genericamente, o Estado voltou a assumir um papel central, direcionando investimento público para setores considerados estratégicos na busca do fortalecimento da resiliência e da autonomia. As políticas industriais e fiscais passaram a estar no centro de um capitalismo promovido pelo Estado, marcando uma mudança de paradigma face à era mais liberal, em que o estímulo orçamental era usado apenas para atenuar as fases descendentes do ciclo económico. Embora os EUA tenham ganho destaque ao lançar grandes programas governamentais desde 2021, a mudança de política orçamental mais significativa, em 2025, verificou-se na Europa. O continente abandonou o compromisso dogmático com a austeridade orçamental, em favor de despesa pública massiva para alcançar maior independência energética e de segurança militar. A histórica inversão de política orçamental e de defesa da Alemanha, visando modernizar a infraestrutura degradada do país e recuperar as suas capacidades de defesa, poderá revelar-se um ponto de viragem. Neste contexto, as economias desenvolvidas enfrentam níveis de dívida pública sem precedentes (rácio de dívida pública sobre o PIB de 83%) e o custo do seu financiamento está a aumentar de forma acentuada.

Ao mesmo tempo, registámos uma aceleração na despesa global em investimento, nomeadamente na transição energética que, por si só, exigirá cerca de 3 a 5 biliões de dólares por ano até 2035, enquanto os orçamentos de defesa continuam a subir acentuadamente, em particular nos Estados Unidos e na Europa. Contudo, tal afetação de capital não garante criação de valor económico. O risco de sobre investimento, muitas vezes alimentado pela pressão competitiva ou por maior intervenção governamental, pode pesar sobre os retornos futuros. Neste contexto, os investidores terão de manter disciplina, privilegiar a execução de qualidade e ser seletivos, pois esta nova era de gastos de capital massivos tenderá a aumentar a dispersão dos retornos, tanto entre empresas como entre países.



Por seu lado, a IA generativa continua a gerar grande entusiasmo nos mercados financeiros, alimentado pela convicção de que transformará profundamente as economias. Porém, subsistem várias áreas de preocupação por detrás desse otimismo. De facto, os custos de desenvolvimento muito elevados — em especial em centros de dados intensivos em energia e de rápida obsolescência — levantam dúvidas sobre a sua verdadeira rentabilidade no médio prazo. Os mais recentes desenvolvimentos confirmam estas reservas. O surgimento da DeepSeek ilustra o risco de afetação ineficiente de capital num contexto de disrupção acelerada. Além disso, questões de soberania podem funcionar como travão à implantação em larga escala dos grandes operadores de IA.

Realce ainda para o desenvolvimento económico da região Indo-Pacífico, com a China no respetivo centro, que parece posicionar-se como um dos principais motores do crescimento global das próximas décadas. Neste contexto, a China está a consolidar ativamente a sua influência regional ao contestar a supremacia norte-americana, tornando improvável qualquer tentativa de isolar a China através de uma guerra comercial.

A par destes desenvolvimentos, o nível de liquidez global deixou de aumentar rapidamente, mas mantém-se abundante. Estima-se que a liquidez global total se situe atualmente em cerca de 187,3 biliões de dólares, o que se traduz num crescimento anual de cerca de 9,1%. A recente desaceleração decorre de vários fatores: o programa de aperto quantitativo (QT) da Fed, entretanto extinto, e a menor criação de liquidez pelo Banco do Japão. Em contrapartida, registe-se as injeções de liquidez por parte da China, a moderação da volatilidade no mercado obrigacionista, medida pelo índice ICE BofA MOVE, que se reduziu para cerca de metade dos níveis de stress observados durante as fortes subidas de taxas de 2022/23, com consequências imediatas sobre a estabilidade dos valores entregues como colateral, uma vez que a menor volatilidade nos preços dos Treasuries reduz os descontos (haircuts) sobre o colateral e suporta o “multiplicador de colateral”, um canal-chave através do qual a liquidez se transmite aos preços dos ativos.

Ao mesmo tempo, a volatilidade desceu dos níveis de crise, mas permanece ainda acima dos patamares complacentes de bolhas anteriores. O VIX está na casa dos 15, abaixo dos picos de outono (acima de 25), mas longe dos níveis que antecederam bolhas anteriores. Parece-nos uma configuração de fim de ciclo: crescimento e liquidez suficientes para sustentar ativos de risco, mas com sinais claros de que o vento favorável está a perder força. Neste contexto, esperamos que 2026 beneficie investidores seletivos, em detrimento de abordagens passivas.

Em 2025, os mercados recompensaram a paciência, mas recordaram também que o progresso raramente é linear.

Quem Somos:

A Sixty Degrees foi constituída, em maio de 2019, fruto da junção de experiências de um conjunto de gestores de ativos, reconhecidos e premiados, nacional e internacionalmente, ao longo de mais de 30 anos de carreira.

Este grupo de profissionais entendeu canalizar a sua vasta experiência na gestão de ativos neste projeto inovador e diferenciador, para dar resposta à crescente consciência dos investidores e aforradores para o valor das estruturas de gestão independentes dos grupos financeiros. Esta é a grande mais-valia da Sixty Degrees – a gestão de ativos totalmente independente dos grandes grupos financeiros, sem cedência a fatores e pressões exteriores, privilegiando, acima de tudo, os mais elevados interesses dos seus Clientes.

Enquanto sociedade gestora de Organismos de Investimento Coletivo, a Sixty Degrees pretende prestar um serviço de proximidade, alicerçado na construção de uma relação de confiança com os seus Clientes. Nesse sentido, procurará sempre atender às suas necessidades de forma a oferecer a melhor gestão do seu património, regendo-se pelo incentivo de uma cultura conservadora ao nível da construção das carteiras e pelo respetivo controlo de risco, optando por instrumentos financeiros líquidos e cotados, em detrimento de produtos complexos de elevadas comissões, ativos ilíquidos e empresas de dimensão residual.

O alinhamento da Sixty Degrees com os interesses dos seus Clientes é tão importante que são os próprios sócios a avocar a gestão dos fundos, assumindo desde logo uma responsabilidade acrescida.

A gestão dos Fundos e carteiras dos seus clientes é efetuada tendo como prioridade a seleção correta das classes de ativos a investir. Essa seleção tem de ser feita a cada momento, dada a flutuabilidade do mercado. Esta abordagem é justificada por o retorno de uma carteira ser, maioritariamente, explicável pelas decisões de asset allocation e não pela seleção individual dos ativos financeiros, as métricas de risco, que permitem uma construção equilibrada e informada da carteira, sendo mais estáveis considerando classes de ativos e os riscos fora da seleção das classes ficarem largamente mitigados.

A Sixty Degrees acredita que a responsabilidade pelo incremento ou redução da exposição do Cliente a cada classe e tipo de ativos (dinâmica do *asset allocation*), deve ser da competência e da iniciativa de uma equipa de gestores profissionais, permitindo deste modo uma gestão eficaz e efetiva do património que lhe foi confiado.

Em 1 de outubro de 2019, a Sixty Degrees lançou o seu primeiro OICVM denominado Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível. Em 2021, foram lançados mais dois fundos, o Sixty Degrees Flexible Allocation e o Sixty Degrees Ações Portugal que vieram alargar a oferta da Sociedade. Em 2023 a sociedade alargou os seus serviços às atividades de Gestão de Carteiras por conta de Outrem e Consultoria para Investimento de forma a robustecer a sua oferta junto dos clientes. Em 2024 a Sociedade alargou a sua oferta de fundos tendo lançado três fundos de capital de Risco. No decurso do exercício de 2025, a Sociedade, para além de ter criado mais dois fundos alternativos, alargou a sua atividade ao setor imobiliário, tendo criado 2 fundos imobiliários em forma de SIC-Imobiliárias. No final de 2025, os ativos totais sob gestão atingiam cerca de 252 milhões de euros.



Enquadramento Económico e de Mercado

3. ENQUADRAMENTO GERAL DA ATIVIDADE

3.1. Cenário Base

Em 2026, será impossível ter convicções de investimento sem procurar compreender as dinâmicas entre as duas maiores potências mundiais: Estados Unidos e China. Ambos enfrentam desafios relevantes ligados às opções estratégicas dos seus líderes, aos fluxos financeiros que as suportam e à evolução da demografia e das estruturas económicas.

Por seu lado, a economia chinesa está a passar por uma nova transformação estrutural sob o triplo impacto da mudança demográfica, da desglobalização — que afeta o seu modelo assente nas exportações — e das opções estratégicas do seu governo. Até à crise da COVID, as autoridades chinesas apostaram no desenvolvimento do mercado imobiliário para gerir a urbanização. Tudo isso mudou após 2020 tendo a prioridade passado para o financiamento da indústria, com o objetivo de reduzir a dependência do Ocidente.

No atual contexto geopolítico, que ameaça o modelo exportador chinês, a prioridade mudou definitivamente no sentido do desenvolvimento do consumo interno, à luz do sucesso norte-americano. Isso explica as recentes medidas de estímulo monetário e orçamental. Expandir o mercado doméstico surge como a única via para manter o crescimento do PIB próximo de 5% e evitar desemprego em massa e instabilidade social. O reforço do consumo também aparece como resposta ao problema de uma indústria chinesa ultracompetitiva, que inunda o mundo com produtos de elevada qualidade e baixo custo.

As autoridades chinesas parecem reconhecer agora que uma das formas mais eficazes de reflacionar os balanços das famílias, penalizados pela prolongada crise imobiliária, é fomentar um bull market acionista gerido e sustentável. Incentivos para que as empresas cotadas devolvam capital aos acionistas (dividendos e recompras) e esforços para institucionalizar o investimento em ações visam canalizar poupanças para a bolsa, restaurar a confiança e impulsionar o consumo. Para apoiar esta transição, é provável que o governo dê propriedade ao consumo de serviços, acelerando o reequilíbrio da economia para a procura interna, com potencial por explorar nos campos da saúde, finanças e lazer.

Destaque também para as forças estruturais chinesas: a crescente autossuficiência, a resiliência das exportações apesar das tarifas dos EUA, a liderança na eletrificação e os progressos na área da IA, evidenciados pelo lançamento da DeepSeek em 2025. Sendo a capacidade de produção e de rede elétrica o principal estrangulamento ao escalar da IA, a China responde com uma rápida expansão da geração e do

armazenamento de eletricidade, assegurando uma vantagem significativa nos custos de energia que reforça a sua competitividade a longo prazo.

Já nos EUA, em 2026, a principal questão macro andarà em torno da capacidade da economia americana, assente no consumidor, conseguir sustentar o respetivo crescimento ao mesmo tempo que as suas empresas, focadas na produtividade, racionalizam os seus quadros de pessoal. Um cenário cauteloso aponta para um crescimento real do PIB em torno dos 1,8%, coerente com um arrefecimento das condições laborais, dos ainda níveis apertados, e com o esmorecer do impulso das medidas de política fiscal anteriores. Um cenário mais otimista poderá estar ligado ao momento em que o investimento plurianual — sobretudo em infraestrutura ligada à IA e à capacidade industrial doméstica — se começa a traduzir em melhorias relevantes do output. Neste caso, o crescimento real de 2026 poderá atingir os 2,3% a 2,5%, suportado pela materialização de ganhos de produtividade e por incentivos ao investimento em capital orientados por políticas públicas.

Uma característica marcante de 2026 será o efeito anual completo da “One Big Beautiful Bill Act” (OBBBA), promulgada em julho de 2025. O ponto central não é apenas “mais estímulo orçamental”, mas os canais específicos através dos quais a política incentiva comportamentos económicos: os incentivos à oferta de trabalho, o apoio ao consumo dos mais velhos (“Senior Bonus”), a formação de capital que incentive diretamente o investimento empresarial e a modernização e, o apoio aos bens duradouros. Desta forma, os decisores políticos parecem procurar menos o crescimento da procura agregada de forma uniforme em favor do redirecionar da despesa e investimento — para consumo de serviços, bens duradouros e modernização industrial — apoiando um leque mais amplo de resultados empresariais.

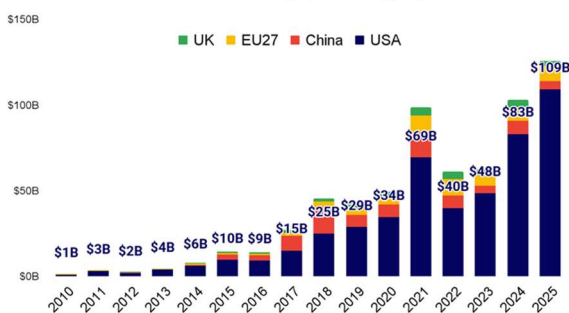
O “excecionalismo americano” deverá assim continuar vivo e de boa saúde, em 2026, já que a economia poderá superar as expectativas atuais dos analistas, suportada por efeitos de riqueza, por investimento em equipamento empresarial ligado ou não à IA e um crescimento sólido da produtividade.

Um ponto a acompanhar na relação entre as duas superpotências prende-se com o boom de investimento em IA. Se por um lado, teve um impacto significativo na trajetória do crescimento económico dos EUA, é difícil encontrar evidência de qualquer impacto dramático na economia chinesa. É certo que a contribuição para o crescimento do PIB do setor das TIC na China permanece elevada e que a IA tem desempenhado um papel relevante para sustentar esse desempenho, mas não se verificou o tipo de aceleração acentuada observado nos EUA.

Embora as tecnológicas chinesas estejam a investir fortemente no treino de novos modelos, tem havido menos despesa na construção de capacidade de centros de dados, não por falta de disponibilidade de financiamento, o governo fornece-o em abundância, mas porque existe um estrangulamento na oferta de semicondutores causado pelos controlos à exportação dos EUA. É evidente que as importações não são a única forma de obter chips e os fabricantes chineses já os produzem suficientemente bons para a maioria das cargas de trabalho de inferência, que são atualmente o principal uso de computação em centros de dados a nível global. Porém, continuam dependentes de ferramentas ocidentais de fabrico de semicondutores, também sujeitas a controlos de exportação, que lhes causam enormes entraves à produção necessária de chips para satisfazer a procura.

Parte deste estrangulamento deverá aliviar em 2026. Para começar, os fabricantes chineses de chips estimam triplicar a produção de chips de IA. Apesar de parecer um objetivo muito otimista, é pelo menos provável que obtenham um aumento significativo da produção à medida que as empresas melhoram as taxas de rendimento (yield) do equipamento existente. Por outro lado, o alívio dos controlos à exportação dos EUA, poderá implicar que as empresas chinesas possam complementar os chips domésticos com importações dos H200 da Nvidia, chips muito mais potentes do que aquilo a que a China tinha anteriormente acesso. O investimento em IA parece prestes a acelerar e deverá ser um ponto de destaque na economia chinesa. Ainda assim, é razoável ter dúvidas que isto compense completamente a desaceleração estimada no investimento de outras áreas da economia, que é de muito maior escala e enfrenta ventos contrários relacionados com excesso de capacidade e demografia desfavorável

Private investment in AI, by country/region.



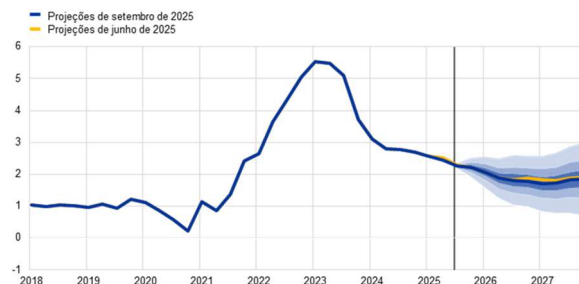
Fonte: the State of AI Report 2025, Air Street Capital

Na Europa, estamos perante uma situação “anormal” onde as maiores economias enfrentam dificuldades e as mais pequenas parecem superá-las. Uma política orçamental mais expansionista na Alemanha deverá conduzir a maior investimento público, mas o impulso provavelmente será mais limitado do que o esperado. Com outros países a apertar a política orçamental, haverá apenas uma pequena expansão

fiscal no conjunto da área do euro. É possível que o crescimento do PIB da área do euro, em 2026, permaneça em torno dos 0,3% e que possa situar-se abaixo do consenso para 2027, altura em que a conjugação de uma demografia adversa com fraca produtividade limitará ainda mais o ritmo de crescimento. Ao mesmo tempo, a atividade continuará vulnerável a perturbações do aprovisionamento devido à dependência europeia de inputs críticos oriundos da China. A nível nacional, os países mais pequenos estão a suportar grande parte do esforço de crescimento e as suas melhores perspectivas económicas traduzem-se em aparentes melhorias nas dinâmicas das respetivas dívidas públicas. Em contraste, esperamos crescimento abaixo da média e subida da dívida pública na Alemanha, França e Itália.

Por seu lado, o mercado de trabalho está a abrandar gradualmente, o que, em conjunto com as quedas anteriores da inflação total, poderá contribuir para uma desaceleração significativa do crescimento salarial, o que, por sua vez, fará descer ainda mais a inflação dos serviços. Entretanto, o crescimento do rendimento das famílias e do emprego está a abrandar e os consumidores mantêm-se cautelosos. É possível também alguma desaceleração da inflação alimentar e nos custos da energia que, por breves momentos, possam trazer a inflação para baixo dos 2%.

Inflação medida pelo IHPCX na área do euro



Fonte: Banco Central Europeu

Os cortes de taxas diretas implementados pelo BCE no passado recente pouco poderão fazer para impulsionar a atividade, até porque os custos de financiamento do setor privado mal recuaram nesse período. A cautela dos consumidores — refletida na elevada taxa de poupança — também reduziu o impacto dos cortes. Entretanto, pode ter havido uma ligeira aceleração do investimento ligado à IA em 2025, mas não esperamos qualquer impacto mensurável na produtividade no curto prazo. As perspetivas para o investimento empresarial mais amplo são fracas e prevemos apenas uma recuperação moderada no investimento em construção sensível às taxas de juro. O BCE não reagirá necessariamente a um ligeiro undershoot da sua meta. Mas se o crescimento salarial e a inflação dos serviços caírem como projetamos, o balanço de riscos inclinar-se-á para uma política monetária mais acomodatória. Tendo isto em mente, e apesar da atual postura do BCE, não será estranho se tivermos dois cortes de taxas em 2026. Já o Banco Nacional Suíço poderá novamente reduzir a sua taxa diretora para território negativo,

Fi

enquanto o próximo movimento do Riksbank parece ser de subida.

Num cenário mais pessimista, o alastrar do atual conflito armado poderia levar a Europa para uma situação económica depressiva e encorajar a fuga de capitais para os EUA que assim teriam um impulso adicional ao seu PIB (mesmo em tempos de aumento do desemprego causado pela vaga de destruição criativa com origem na inteligência artificial).

Na Índia, o enquadramento macroeconómico permanece excecional, com o FMI, nas suas Perspetivas da Economia Mundial de outubro de 2025, a projetar um crescimento real do PIB Indiano em torno dos 6,6%, em 2025, e dos 6,2% em 2026, muito mais robusto do que qualquer outra grande economia mundial e bem acima da média global. Esta projeção reflete o efeito cumulativo das reformas estruturais da última década: com a introdução do GST nacional (um IVA que substituiu a maioria dos impostos indiretos centrais e estaduais), a consolidação da infraestrutura de pagamentos digitais, as reformas na legislação sobre insolvência e falências e os esforços contínuos para atrair cadeias de produção que saem da China.

No mercado bolsista, tivemos um ano de evolução lateral dos preços que redefiniu as valorizações, ao mesmo tempo que o país mantinha o estatuto de economia com crescimento mais rápido e continuava a atrair capital em fuga da incerteza geopolítica e de políticas noutros lugares. O ano que agora termina revelou-se “inócuo” para a saúde de um bull market de longo prazo. Após uma forte subida plurianual, as ações indianas passaram grande parte dos últimos 14 meses em consolidação. O Nifty 50 fez um máximo no final de 2024 e, apesar das subidas nos resultados das empresas, andou de lado a maior parte de 2025 e só recentemente rompeu de forma decisiva acima desse máximo. Por outras palavras, o preço das ações andou de lado enquanto a realidade subjacente continuou a melhorar — uma das formas mais simples de um mercado digerir múltiplos elevados sem uma correção severa.

Do ponto de vista de valorização, o mercado acionista indiano alargado já não está “barato”. O Nifty 50 negocia com um P/E forward na casa das 24x — um dos múltiplos mais elevados entre grandes emergentes e um prémio face a muitos mercados desenvolvidos. Para 2026, a melhor exposição ao mercado indiano parece ser através de empresas com bons indicadores de “crescimento a preço razoável” a par de empresas financeiras, industriais e de consumo ligadas à história de crescimento doméstico da Índia.

Ao entrar em 2026, esperamos que a Índia continue a ser uma alocação central de crescimento de longo prazo para carteiras globalmente diversificadas, mas onde o ponto de entrada, a seleção do veículo e a dimensão da posição devem ser geridos com cuidado.

A Coreia do Sul entra em 2026 com uma combinação familiar: ventos contrários cíclicos, sinais de política cruzados e um

mercado acionista estruturalmente barato. O crescimento do PIB tem estado abaixo de 2% e o Banco da Coreia tem feito um equilíbrio delicado entre apoiar o crescimento e conter uma inflação ainda rígida. O IPC homólogo situava-se em cerca de 2,4% em outubro de 2025, com a inflação subjacente perto de 2,2%, deixando a taxa diretora inalterada em 2,5%, enquanto o Conselho de Política Monetária ponderava riscos do endividamento das famílias e a volatilidade cambial.

Em paralelo, a Coreia está a reescrever partes do seu contrato social e empresarial. A reforma das pensões aprovada em 2025, aumenta as taxas de contribuição e introduz estabilizadores automáticos para enfrentar a pressão demográfica. Isto é positivo para o risco soberano de longo prazo, mas um entrave às margens corporativas, na medida que as contribuições patronais sobem a partir de 2026. A controversa “Lei do Envelope Amarelo” alarga a responsabilidade do empregador e limita a capacidade das empresas para reclamarem indemnizações por danos relacionados com greves e introduzindo nova incerteza nas relações laborais em indústrias centradas nos chaebol (grandes conglomerados empresariais sul coreanos, controlados por famílias — frequentemente multisetoriais — que cresceram com forte apoio do governo e ainda dominam grande parte da economia do país.), como a construção naval e o setor automóvel. Sobreponha-se a isto, o programa “Value Up” do governo, destinado a reduzir o persistente “desconto Coreia”, incentivando as empresas a aumentarem os retornos aos acionistas e a melhorarem a governação, e obtém-se um mercado onde múltiplas forças puxam em diferentes direções.

O mercado coreano é ainda volátil, mas em plena reformulação, onde a força dos semicondutores, impulsionada pela IA e pelas mudanças na política industrial e estrutural, criam vencedores e perdedores, mas deverão levar o mercado a apreciar a partir de um nível subavaliado. O crescimento das exportações retomou, mas quase inteiramente devido ao superciclo dos semicondutores. Em outubro de 2025, as exportações totais cresceram cerca de 3,6% em termos homólogos, mas as exportações de semicondutores, por si só, dispararam aproximadamente 25% e atingiram um recorde de 15,7 mil milhões de dólares, impulsionadas pela procura de memória de alta largura de banda e DRAM avançada para alimentar a expansão de data centers de IA. Já as exportações automóveis e de baterias para VE têm enfrentado dificuldades com a reversão de subsídios e um “fosso dos VEs” na adoção global.

Contudo, esta é, acima de tudo, uma história muito interessante para “stock pickers”, onde a gestão ativa poderá provar o seu valor. Os índices de topo na Coreia ainda negociam com desconto face aos seus pares dos mercados desenvolvidos, quer em price to book como em P/E forward, em parte devido às preocupações estruturais atrás mencionadas. Porém, entre as empresas deste mercado, vemos franchisings de classe mundial em semicondutores ligados à IA, eletrónica de defesa e biotecnologia, a par de setores onde os EUA beneficiariam da tecnologia coreana, como a construção naval. 2026 dificilmente será um caminho

suave para o conjunto das ações coreanas, mas para investidores pacientes que tolerem volatilidade, acreditamos que a combinação de reforma estrutural, força exportadora ligada à IA e baixas valorizações iniciais parecem justificar o interesse dos investidores.

O enquadramento da inflação não vai ser fácil de elaborar. Por um lado, as forças desinflationistas incluem a normalização em algumas cadeias de abastecimento e categorias de bens, a par da possibilidade de termos custos energéticos mais benignos. Por outro, as forças inflacionistas poderão incluir a pressão da política comercial e das tarifas.

A discussão sobre tarifas é especialmente importante porque enquadra grande parte do risco inflacionista como um choque sobre o nível de preços, que alguns esperam que se esbata à medida que as comparações homólogas se normalizam, e não como um processo inflacionista plurianual entranhado. Os mercados partem do princípio de que a inflação tenderá a descer em 2026 e que as taxas de juro recuarão na maioria dos países. Mas a experiência dos últimos anos deve tornar nos cautelosos quanto à suposição de que a inflação se comportará de forma previsível.

Um risco é a procura manter-se simplesmente mais forte do que o esperado, resultando em pressões inflacionistas mais intensas. Isso complicaria o percurso de afrouxamento monetário, mas dificilmente seria um desastre para o crescimento. Mais incómodo seria um novo choque do lado da oferta — por exemplo, por disrupções comerciais ou por um pico nos preços das matérias-primas — ou uma mudança nas expectativas de inflação que mantivesse o crescimento salarial, e assim a inflação subjacente, teimosamente elevado. Se qualquer um deles se materializar, é provável que a política monetária permaneça restritiva mesmo com a atividade a enfraquecer. Para ser claro, este não é o desfecho mais provável, mas é o tipo de mudança que altera todo o enquadramento de política de uma forma que os mercados tendem a subestimar.

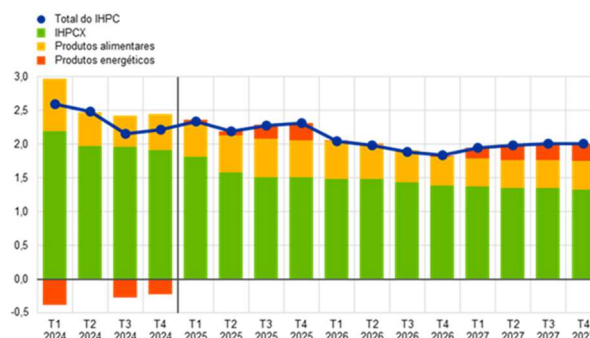
Algumas pessoas têm dificuldade em compreender que estamos numa enorme espiral deflacionista e julgam que a subida de preços significa inflação e não deflação. Ao mesmo tempo, confundem estagflação com deflação e perguntam-se por que razão as pessoas gastam mais para obter menos. Só veem os preços, não o rendimento disponível e, de facto, não veem o crescimento económico ou o desemprego.

Os preços aumentaram acentuadamente após as subidas do preço do petróleo pela OPEP nos anos 70 do século passado. Ainda assim, o forte aumento dos preços da energia “expulsou” outras formas de consumo e levou a subidas de preços que nada tinham a ver com uma expansão económica especulativa. Ora, esta situação originou uma contração deflacionista a que chamaram **ESTAGFLAÇÃO**, com preços em alta e crescimento económico em queda. O desemprego durante esta crise da OPEP não foi muito severo, mas subiu para 7,2% em 1980. Já a inflação passou de cerca de 1% em

1964 para 14% em 1980 e o crescimento do PIB foi de 5,8% para -0,3% nesse mesmo período.

Ora, a estagflação não é exatamente o mesmo que deflação, período em que o preço de bens e serviços desce. Por exemplo, antes da Segunda Guerra Mundial, os EUA viveram um ambiente de forte deflação entre o crash de 1929 e 1933, em que o PIB caiu 30% e um quarto dos americanos estava desempregado. Os preços afundaram e os consumidores não gastavam porque tinham muito pouco, ou nada, para gastar. Só a crença na vitória na Segunda Guerra Mundial tirou a América dessa queda económica.

Inflação medida pelo IHPC na área do euro



Em períodos de estagflação, os preços dos bens e serviços aumentam enquanto o poder de compra diminui. Atualmente, nos EUA, as vendas a retalho de bens, como o vestuário, diminuíram, mas as pessoas gastam mais em combustível, habitação e alimentação.

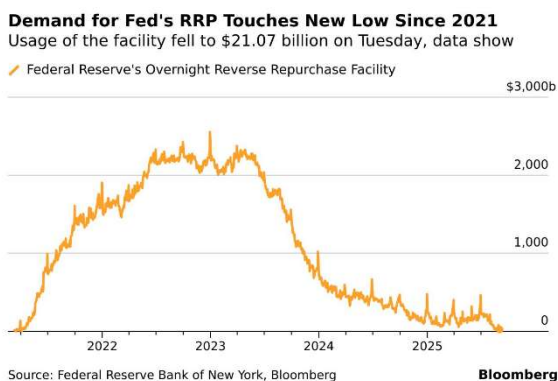
As pessoas sentem que ganham menos apesar das subidas salariais porque o seu poder de compra foi drasticamente reduzido. Se quisermos aumentar o RENDIMENTO líquido disponível é necessário baixar os impostos! Aumentar salários, como a maioria dos políticos defendem que as empresas devem fazer, fará com que as pessoas passem para escalões de imposto mais altos. Como sempre, ninguém no governo fala em reduzir o desperdício e a corrupção governamentais. As empresas sofrerão à medida que os consumidores gastem menos, e isso levará à redução de efetivos. Se apenas olharmos para a subida dos preços e ignorarmos que o rendimento disponível está a diminuir, teremos um choque desagradável. O desemprego continuará a subir em 2026 e essa tendência foi desencadeada muito antes da automação e da IA. As empresas simplesmente não contratarão quando esperam uma contração continuada. A possibilidade de contrair dívida a uma taxa mais baixa não é apelativa porque essas mesmas empresas não querem assumir mais dívida do que a que já têm.

A liquidez é frequentemente tratada como um sinónimo vago de “dinheiro fácil”, mas os mercados comportam-se como se a liquidez fosse algo mais concreto: a facilidade com que o sistema financeiro se consegue refinar. Quando o refinanciamento é sem fricção, os mercados de financiamento ajustam-se de forma fluida, os balanços expandem-se sem

pressão e os mercados de ativos de risco não só são suportados, mas podem registrar fortes subidas, mesmo quando as notícias macroeconômicas são pouco entusiasmantes. Quando o refinanciamento se torna mais difícil, por outro lado, a tensão surge primeiro na “canalização” do sistema (os mercados de financiamento de curto prazo oscilam, a capacidade de balanço dos intermediários encolhe, os spreads alargam, as ordens de compra desaparecem e o custo de “carregar” dívida excessiva começa a pesar), antes de isso começar a refletir-se nos resultados empresariais ou nos dados de desemprego.

Esta distinção é crucial à entrada de 2026: a era pós pandemia deslocou o centro de gravidade dos resultados de mercado. O mundo carrega um stock de dívida muito elevado, com renovação frequente, e os decisores passaram a olhar não só para “a economia”, mas também para o bom funcionamento dos mercados e a estabilidade dos canais de financiamento que sustentam toda a estrutura. A OCDE sublinha que cerca de 40% da dívida soberana e 37% da dívida corporativa global vencem até 2026, impondo um volume invulgarmente alto de refinanciamento no curto prazo, a taxas significativamente superiores às incorporadas em grande parte do stock existente. Em suma, ler 2026 exige avaliar a capacidade do sistema para suportar o serviço da dívida, rolar maturidades e absorver nova emissão sem episódios de volatilidade disruptiva.

Uma forma útil de enquadrar 2023–2025 é notar que a liquidez foi melhor do que sugeriam as manchetes porque um amortecedor interno discreto foi sendo silenciosamente libertado para o mercado. Um grande volume de dinheiro inerte que estava estacionado na Fed reentrou efetivamente no sistema financeiro e ajudou a manter as condições de financiamento de curto prazo mais estáveis do que sugeriria uma narrativa simplista de que “Quantitative Tightening” equivale a aperto. Esse amortecedor está agora, em larga medida, esgotado. No final de 2025, a utilização do RRP overnight atingia os 10,5 mil milhões de dólares — essencialmente um nível residual face à sua escala no pico.



Quando existe um grande reservatório, muitos desencontros podem ser absorvidos sem drama. Quando a reserva se esgota, até as tensões mais rotineiras (constrangimentos de fim de trimestre no balanço, perfis de emissão inesperados,

mudanças nas preferências dos fundos do mercado monetário) têm maior probabilidade de se manifestar como movimentos de preços nos mercados de financiamento e de taxas de juro. O sinal não é que “algo partiu”, mas que o mercado opera mais perto do limite em que o dólar marginal de financiamento tem de ser ativamente fornecido a um preço, em vez de ser passivamente absorvido por amortecedores abundantes.

Neste enquadramento, a gestão do balanço da Reserva Federal já mudou de forma consistente, tendo o FOMC dado nota que o aperto nas condições dos mercados monetários tornava apropriado terminar o runoff e redirecionar os reinvestimentos para bilhetes do Tesouro. Isto entende-se melhor não como uma grande viragem ideológica, mas como uma decisão pragmática de gestão de reservas — o reconhecimento de que a “zona de conforto” de reservas amplas do sistema não é infinita, sobretudo num mundo com grandes necessidades de financiamento do Tesouro.

Essas necessidades de financiamento permanecem a variável central da “canalização macro” para 2026. A emissão do Tesouro é a espinha dorsal colateral do sistema do dólar e um apelo recorrente à capacidade de balanço do setor privado. O calendário e a composição dessa emissão importam porque a absorção pelo mercado não é isenta de fricções. Um sistema chamado a absorver mais dívida de prazo mais longo de uma só vez tende a exigir um “carry” mais elevado para o fazer, frequentemente expresso em yields longas mais altas e numa dinâmica da curva mais volátil.

3.2. Mercado dos Organismos de Investimento Coletivo

Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos ativos geridos ascendeu a 26.3 mil milhões de euros, apresentando-se distribuída conforme gráfico abaixo. Os montantes sob gestão, verificaram uma subida de 26.27% durante o ano de 2025.



No que respeita à evolução de ativos sob gestão por categoria, os fundos PPR, mantêm a preferência dos investidores com uma quota de 22.03%. Note-se igualmente em 2023 o interesse dos investidores para os fundos de ações representando uma quota de mercado de 20,08%.

Fi



Fonte: APFIPP

3.2.1. O Mercado de Planos Poupança Reforma em 2025

Em 2025, a preferência dos investidores por fundos em formato PPR, voltou a manifestar-se de forma positiva tendo esta categoria elevado o nível de captações em 2025. No final de 2025, o peso desta categoria na composição do mercado era de 19.79%, crescendo em captações cerca de 654.8 milhões, representando um incremento 14.3% em comparação com o ano anterior, representando um volume sob gestão de 5.235 milhões.

3.3. Alterações Regulamentares

Em 2025, decorreram alterações regulamentares relevantes, quer ao nível da regulamentação nacional, quer no contexto internacional no sentido de robustecer o quadro regulatório aplicado às atividades de gestão de ativos.

Legislação Nacional

A nível de nacional merece destaque:

- **Diretiva (UE) 2024/927** - A preparação da proposta do diploma nacional de transposição da diretiva, que deverá ser transposta até 16 de abril de 2026 e que implicará a alteração do Regime da Gestão de Ativos aprovado pelo Decreto-lei 27/2023 de 28 de abril. A referida proposta, tem em conta, igualmente, a transposição da Diretiva (UE) 2024/29944, no que diz respeito às alterações à Diretiva UCITS. No entanto, tendo algumas das principais alterações introduzidas pela Diretiva (UE) 2024/927 sido introduzidas pelo regulamento 07/2023 (RRGA), espera-se que o seu impacto, em grande medida, esteja mitigado.
- **Regulamentação nacional dos Regulamentos DORA e MiCA** - Mantém-se em curso a concretização regulamentar dos deveres de reporte de informação previstos no Regulamento DORA, de acordo com o conteúdo e os formatos definidos relativamente a incidentes de carácter severo relacionados com as TIC, ciberameaças significativas e acordos relativos à utilização de serviços TIC prestados por terceiros.

- **Regulamento da CMVM n.º 2/2020** - Com a publicação do Regulamento da CMVM n.º 5/2025, de 8 de agosto, procedeu-se à revisão deste regulamento no que respeita ao reporte de informação a enviar anualmente à CMVM pelas entidades obrigadas de natureza financeira, pretendendo desta forma garantir que o quadro regulatório se mantém adequado às atuais exigências de supervisão no domínio da PBC/FT, assegurando que as entidades obrigadas disponibilizam informação suficientemente detalhada e atualizada que permite à CMVM exercer as suas competências de supervisão de forma mais eficaz, visando uma maior eficácia na deteção das situações de maior risco de BC/FT e na seleção das entidades sujeitas a supervisão presencial.
- **Proposta de criação de Conta de Poupança e Investimento (CPI)** – Foi emitida uma recomendação sobre o aumento da disponibilidade de contas de poupança e de investimento que beneficiam de tratamento fiscal simplificado e vantajoso, alinhada com as prioridades da União da Poupança e dos Investimentos.
- **Orientações** - Sobre a função de conformidade (compliance) e os procedimentos de avaliação da adequação do responsável pela função de conformidade (compliance officer) publicadas no início de 2025:
- **Mecanismo de Resolução Alternativa de Litígios** - Em 2025, procedeu-se à ampliação do mecanismo de resolução alternativa de litígios (RAL) a sociedades gestoras, que se juntam aos intermediários financeiros, já aderentes ao protocolo existente desde 2023, com o compromisso de aceitar solicitações de clientes não profissionais para dirimir conflitos com recurso a mecanismos de resolução alternativa de litígios:

Relevam-se ainda as seguintes Circulares e publicações

- **Circular 001/2025** - Intermediários financeiros - Circular relativa ao Value for Money de instrumentos financeiros, incentivando os intermediários financeiros a oferecer instrumentos financeiros que tenham Value for Money, pretende reforçar a proteção dos investidores e fomentar a aplicação racional de poupanças em instrumentos financeiros associados ao mercado de capitais.
- **Circular 002/2025** – Gestão de Ativos – Circular anual de gestão de ativos 2025, onde constam os objetivos da CMVM para o ano de 2025, bem como as principais iniciativas a desenvolver.

Legislação europeia

- **Retail investment strategy (RIS)** - Diretiva (UE) 2024/927 de 13 de março de 2024 - A Diretiva introduz alterações (i) à Diretiva 2011/61/UE, Diretiva GFIA, e (ii) à Diretiva 2009/65/CE, Diretiva OICVM, aprovada na sequência da a Estratégia de Investimento de Retalho da União Europeia (RIS) e que visa (i) Proibição de incentivos inadequados: Limita ou proíbe comissões pagas por produtos financeiros que não estejam no melhor interesse do investidor, especialmente em vendas sem aconselhamento; (ii) Transparência de custos e desempenho: Exige que informações sobre custos, comissões e riscos sejam mais claras, padronizadas e comparáveis entre produtos; (iii) Testes de adequação mais eficazes: Reforça as regras para garantir que os produtos oferecidos realmente correspondam ao perfil do investidor; e (iv) Reforço da Supervisão - Fortalece os poderes das autoridades de supervisão para garantir o cumprimento das novas regras. Em 2025 foi obtido um acordo entre o Parlamento europeu e o Conselho no sentido de reforçar das regras de governo de produto, impondo às sociedades gestoras a implementação e revisão periódica dos processos de formação de preços para efeitos de avaliação do value for money, o reforço dos deveres de informação aos investidores, e a introdução de princípios de salvaguarda dos interesses dos investidores em matéria de benefícios ilegítimos (inducements).
- **Regulamento ESG ratings** - Regulamento ESG ratings que define o enquadramento aplicável às atividades de notação ambiental, social e de governação:
- **Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR) 2.0** - uma proposta de revisão do Regulamento (UE) 2019/2088 (SFDR)¹⁵, com o objetivo de simplificar as obrigações de divulgação, reforçar a clareza da informação prestada e a proteção dos investidores. A proposta apresentada elimina o atual enquadramento assente nos artigos 8.º e 9.º, substituindo-o por um sistema de categorização de produtos financeiros relacionados com a sustentabilidade, baseado em três categorias distintas — produtos sustentáveis, produtos de transição e produtos “ESG básicos” —, cada uma sujeita a critérios mínimos obrigatórios em matéria de objetivos, afetação de investimentos, exclusões e requisitos de divulgação. Destaca-se, ainda, o facto de estar a ser proposta a eliminação da definição autónoma de “investimento sustentável”, a qual será substituída por critérios específicos associados a cada categoria de produto, visando desta forma, assegurar maior coerência com outros regimes europeus relevantes, designadamente a Diretiva (UE) 2022/2464 (CSRD)¹⁶, o Regulamento (UE):
- **AML Package** - Encontram-se em curso, ao nível da Comissão de Coordenação das Políticas de PBC/FT, os trabalhos de preparação do pacote legislativo de transposição da Diretiva (UE) 2024/164026 e de execução nacional do Regulamento (UE) 2024/162427, cuja data, respetivamente, de transposição e entrada em vigor é 10 de julho de 2027. Salienta-se que várias matérias antes reguladas pela Diretiva (UE) 2015/84928 estão agora previstas em regulamento, sendo, portanto, de aplicação direta. Os diplomas que compreendem o “AML Package” preveem ainda um conjunto vasto de Regulatory Technical Standards (RTS), Implementing Technical Standards (ITS) e Orientações, que os complementam em diversas matérias de relevo. Ao longo deste ano e do próximo, os referidos RTS, ITS e Orientações serão submetidos a consulta pública pela Autoridade Europeia para o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (AMLA, na sigla em inglês). A participação nas referidas consultas públicas constitui uma oportunidade de as entidades obrigadas sujeitas à supervisão da CMVM poderem exprimir a sua opinião e moldar o futuro regime legal com base no qual irão atuar nas suas funções de PBC/FT.
-



Atividade e Desempenho

4. ATIVIDADE E DESEMPENHO

4.1. Dados da Entidade e Dados do Supervisor e Auditor Externo

Sociedade

A Sixty Degrees – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. – matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 515 373 508 com sede social e morada na Avenida João Crisóstomo, 30-6º eq., 1050-127 Lisboa, e Capital Social 1.270.835m€.

A Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. é detida a 100% por investidores independentes tendo iniciado a sua atividade em agosto de 2019, tendo-lhe sido atribuído o número de registo 395, junto da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Supervisor da Sociedade

A responsabilidade de supervisão da Sociedade é da competência da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM), através dos Departamentos de Autorizações e Registos, Supervisão Contínua e Supervisão Presencial.

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Rua Laura Alves, 4. Apartado 14258. 1064-003 LISBOA

Telefone: (+351) 213 177 000 Fax: (+351) 213 537 077 - cmvm@cmvm.pt

Auditores Externos

Sociedade

Kreston - SROC

Inscrição na OROC nº 104

Registo na CMVM nº 20161426

Morada Praça de Alvalade, nº 7 – 7º andar

1700-036 Lisboa

www.kreston.pt

4.2. Atividade da Sixty Degrees

A Sixty Degrees SGOIC SA, constituída em maio de 2019 e com início de atividade em agosto de 2019, está autorizada a desenvolver atividades de gestão de Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Organismos de Investimento Alternativo.

Em dezembro de 2023, obteve a autorização do regulador para exercer a atividade adicional de gestão discricionária e individualizada de carteiras e a atividade acessória de Consultoria para investimento relativa a instrumentos financeiros, em complemento à autorização inicial obtida para a atividade de gestão de OIC's

A atividade atual da Sociedade centraliza-se na gestão de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários, Organismos de Investimento Alternativos, Gestão de Carteiras de Clientes e Consultoria para Investimento gerindo, à data do fecho deste exercício, os seguintes fundos:

- Fundo Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível com início de atividade em 01 de outubro de 2019.
- Fundo Sixty Degrees FLEXIBLE ALLOCATION /OICVM Flexível com início de atividade em 13 de agosto de 2021
- Fundo Sixty Degrees AÇÕES PORTUGAL/OICVM de Ações com início de atividade em 01 de setembro de 2021.
- Fundo Sixty Degrees MEDINA PPR/OIAVM com início de atividade em 13 de outubro de 2025.
- Fundo Sixty Degrees - CARBYNE ABSOLUTE RETURN - Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco Aberto com início de atividade em 26 de agosto de 2024.
- Fundo Sixty Degrees - TEPPE EQUITY VENTURE CAPITAL FUND - Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco Fechado com início de atividade em 02 de dezembro de 2024.
- Fundo Sixty Degrees - ARISH INNOVATION FUND - Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco com início de atividade em 27 de janeiro de 2025.

- Fundo Sixty Degrees - ARISH REVOLUTION FUND- Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco com início de atividade em 02 de janeiro de 2025.
- Fundo Sixty Degrees – ACCESS FUND - Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco com início de atividade em 16 de novembro de 2025.
- Fundo PONTO URBANO TWO INNOVATION, SIC Imobiliária Fechada com início de atividade em 22 de dezembro de 2025
- Fundo POSSIVÂNGULO, SIC Imobiliária Fechada com início de atividade em 22 de dezembro de 2025

Aplicação de Resultados

Vai ser proposta na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício, que o resultado líquido positivo do exercício referente a 2025, no montante de €24.556,62, fosse transferido da seguinte forma:

- Reservas legais no valor de 1.227,83€ correspondentes a 5% do valor do resultado apurado;
- Resultados transitados no valor de 23.328,79€ correspondente ao valor remanescente do resultado apurado.



Governança e Risco

5. GOVERNAÇÃO E RISCO

5.1. Sistema de Governação

O sistema de Governação da Sixty Degrees, assegura uma gestão prudente e independente das atividades desenvolvidas. A Sixty Degrees tem implementado um sistema robusto e abrangente de forma a assegurar, em permanência, a sua eficácia e conformidade com as exigências regulatórias e com as orientações que as entidades de supervisão emitem para os intervenientes no mercado.

Para além de uma estrutura organizacional adequada ao exercício das suas atividades, assente na definição e segregação de responsabilidades, a Sixty Degrees tem implementadas políticas e procedimentos que gerem e asseguram uma governação controlada da sua atividade e dos seus colaboradores.

O modelo de negócio da Sixty Degrees está focado nas atividades de gestão de organismos de investimento coletivo, gestão de carteiras de clientes e consultoria para investimento. A sociedade utiliza o Banco Best e o Banco Invest como comercializadores dos seus fundos.

A Sixty Degrees atua enquanto Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo. Constitui-se como uma unidade funcional e orgânica assente numa estrutura operacional dimensionada às atividades que exerce, recorrendo à externalização de várias funções administrativas e de suporte, mantendo-se na Sociedade a sua capacidade de decisão e gestão autónoma e independente.

A partilha de serviços com outras entidades terceiras, permite à Sociedade prosseguir o cumprimento das suas responsabilidades num quadro de maior eficiência operativa, sempre numa perspetiva de maior benefício dos seus clientes. Não obstante a partilha de serviços com entidades terceiras, os processos de decisão relativos à atividade de gestão dos Organismos de Investimento e à de gestão de carteiras, são prosseguidos de forma autónoma pelos órgãos da Sociedade e pelos seus recursos humanos e técnicos, com a necessária independência e autonomia.

Atendendo ao princípio da proporcionalidade, a unidade funcional da Sociedade é simplificada, o que se reflete na sua estrutura e organização, estabelecendo-se a linha decisória da seguinte forma:

- Nível estratégico, o Conselho de Administração;
- Nível executivo, a Comissão Executiva, com delegação no seu presidente, no âmbito dos poderes delegados;
- Nível operativo, responsáveis de equipa.

Os níveis executivo e operativo asseguram em permanência todo o âmbito de responsabilidades da Sociedade, cabendo a

responsabilidade das decisões à Comissão Executiva que dirige a atividade corrente suportada nas equipas operacionais.

Administração e Fiscalização

A gestão da Sociedade compete ao Conselho de Administração que compreende uma Comissão Executiva na qual o Conselho delegou amplos poderes de gestão para a condução da atividade corrente da Sociedade.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) delibera sobre as matérias que lhe são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos bem como, se tal lhe for solicitado pelo Conselho de Administração, sobre matérias de gestão da Sociedade.

Conselho de Administração

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um número mínimo de três e um número máximo de sete membros, eleitos pela Assembleia Geral que de entre eles designará o presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por períodos de três anos, sendo sempre, salvo na medida em que exista disposição legal em contrário, permitida a sua reeleição.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

O Conselho de Administração para o mandato 2025-2027 tem a seguinte composição: Presidente; Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro, Vogais: Maria do Rosário Pinto Correia (não executiva), Nuno Sousa Pereira, Virgílio Vargas Garcia.

O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, nomeadamente a definição e implementação das políticas de investimento do património sob gestão dos OIC's e carteiras de clientes em atividade. O Conselho de Administração mantém responsabilidades de monitorização do risco e *compliance*, fiscalização e acompanhamento da atividade da Comissão Executiva.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, composta por um Presidente (Nuno Sousa Pereira) e 1 vogal (Virgilio Garcia) atua nos limites da delegação do Conselho de Administração. A distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é a seguinte:

Virgilio Vargas Garcia: Área de Gestão de OIC's e Trading, Gestão de FCR e Operações e Acompanhamento de Serviços Externalizados.

Nuno Sousa Pereira: Área de Gestão de Carteiras GCO, Consultoria para Investimento e Marketing e Vendas.

Fiscal Único Efetivo e Fiscal Único Suplente

Decorrente das alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, a Sixty Degrees já não é, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, qualificada como uma entidade de interesse público e, por esse motivo, deixou de ter de adotar um dos modelos de administração e fiscalização previstos no n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, nos termos e para os efeitos do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, passando a sua fiscalização a ser efetuada por um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente, garantindo desta forma uma fiscalização eficiente da sua atividade.

São competências do Fiscal Único Efetivo e Fiscal Único suplente, fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar pela observância da lei e do contrato de Sociedade, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos mesmos, fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora, dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, fiscalizar a revisão de contas e a auditoria aos documentos de prestação de contas da Sixty Degrees, fiscalizar a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais, fiscalizar a qualidade e eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, receber as comunicações de irregularidades, reclamações e/ou queixas apresentadas pelos acionistas, colaboradores da Sixty Degrees ou outros, e implementar os procedimentos destinados à receção, registo e tratamento daquelas, contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos mesmos ter em conta a importância dos assuntos e a situação económica da Sixty Degrees.

Sistema de Controlo Interno

A Sixty Degrees organizou-se definindo estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos, e ações com o objetivo de assegurar que o desempenho de médio e longo prazo das atividades que exerce, são alcançados de forma eficiente e rentável, os ativos e recursos são utilizados eficazmente, a continuidade do negócio e a própria sobrevivência da instituição se encontram assegurados através de uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, da prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades e da implementação de mecanismos de proteção contra utilizações não autorizadas, intencionais ou negligentes, que a informação financeira e de gestão, que suporta as tomadas de decisão, bem como os

processos de controlo, cumprem os objetivos da informação (completa, pertinente, fiável e tempestiva), e que os requisitos legais e regulamentares aplicáveis são cumpridos, nomeadamente, no que diz respeito à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, prevenção de conflitos de interesse, ao código de conduta, às regras e procedimentos internos e estatutários, com enfoque nas recomendações das autoridades de supervisão nacionais e europeias, de modo a mitigar riscos.

O sistema de Controlo Interno da Sixty Degrees inclui a gestão de riscos e controlo do cumprimento, existindo internamente políticas e procedimentos que asseguram a sua implementação pelas várias áreas da Sociedade.

Função de Auditoria Interna

Estando a Sociedade dispensada de ter uma auditoria interna separada e independente das suas restantes funções e atividades, o recurso a auditorias far-se-á “ad hoc” sempre que o órgão de administração o deliberar ou a legislação aplicável assim o venha a exigir.

Subcontratação

Com vista a melhorar a qualidade do seu sistema de governo e prestar um melhor serviço no interesse dos seus Clientes, nomeadamente nas áreas de gestão de investimentos, a Sixty Degrees subcontratou diversas atividades, melhorando significativamente a sua capacidade de atuação.

Encontram-se atribuídas a entidades externas as seguintes atividades:

- Contabilidade;
- Recursos humanos;
- Sistemas de Informação;
- Apoio Jurídico
- Valorização e cálculo de unidades de participação;

É assim possível acompanhar as melhores práticas do mercado, tendo sempre presente as exigências regulatórias, com um claro benefício qualitativo e quantitativo ao nível do risco operacional e da monitorização da informação prestada aos Clientes, reguladores e acionistas.

5.2. Perfil de Risco

Reconhecendo que a assunção de risco é intrínseca às atividades exercidas, a Sociedade tem desenvolvido um sistema global de gestão de riscos baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos, os quais estão suportados em políticas e procedimentos definidos com vista a assegurar que os objetivos da Sixty Degrees são atingidos e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente aos riscos previamente identificados.

5.2.1. Sistema de Gestão de Risco

A gestão de riscos na Sixty Degrees assenta na constante procura da correta identificação e análise das várias dimensões dos riscos (risco de crédito e contraparte, riscos de mercado, riscos de liquidez ou riscos operacionais) e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de limiares pré-estabelecidos, devidamente monitorizados.

A Sixty Degrees assume a gestão de riscos como um dos pilares do seu modelo de negócio, sendo a partilha da informação pelos gestores e órgãos de administração um exercício permanente, praticado a todos os níveis de responsabilidade.

A Sociedade monitoriza os diferentes riscos, validando igualmente a aplicação das regras legais e internas, bem como cumprimento dos diferentes limites impostos, quer à sociedade quer aos fundos ou carteiras sob sua gestão.

O desempenho das carteiras em termos de rentabilidade e riscos assumidos, são monitorizados diariamente. As metodologias de controlo estão suportadas na produção de informação de gestão e incluem a aferição periódica de resultados e a monitorização dos níveis de risco.

A monitorização do cumprimento da política de investimento das carteiras e dos níveis de risco implícito é desencadeada, em primeira instância, pela equipa de investimentos e, em segunda instância, pela área de *Risco e Compliance*, área inteiramente independente da área de Investimentos e *Trading*, reportando diretamente à Administração e Fiscal Único.

O modelo implementado é ainda complementado por um comité de Risco e Controlo Interno, órgão que emana do Conselho de Administração da Sixty Degrees, sendo composto por Administradores executivos e não executivos, responsável da área de compliance, com presença do auditor da Sociedade. O Comité de Risco e Controlo Interno reúne trimestralmente tendo como missão zelar pelo cumprimento dos princípios e políticas de governo da Sixty Degrees, incluindo princípios éticos e deontológicos, normas de conduta e políticas de responsabilidade social e sustentabilidade e pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente.

Os riscos a que a Sociedade está exposta decorrem fundamentalmente dos investimentos nos ativos representativos das carteiras dos OIC's e das carteiras de clientes que tem sob gestão.

As carteiras sob a responsabilidade da Sixty Degrees são compostas por uma vasta diversidade de investimentos, nomeadamente, instrumentos de mercado monetário, obrigações, ações, investimentos alternativos, entre outros, desde que respeitem as políticas de investimento decorrentes

dos respetivos regulamentos de gestão, bem como os limites legais de exposição, bem como os limites definidos nos mandatos relativos à gestão de carteiras de clientes. A Sixty Degrees pode ainda realizar, em representação dos OIC's sob gestão, operações com instrumentos financeiros derivados destinadas a cobrir ou "alavancar", as posições das carteiras do OIC's sob sua gestão.

Desta forma, os *portfolios* que integram os OIC's e as carteiras de clientes sob gestão estão especialmente sujeitos ao Risco de Mercado – ações, taxa de juro. Risco de Crédito, Risco de Contraparte, Risco de Liquidez, Risco Cambial e Risco Operacional.

Resume-se de seguida o entendimento de cada um destes riscos na atividade da Sixty Degrees e os modelos de informação utilizados para os monitorar.

Riscos de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de variação de preço que os investimentos em carteira incorrem. Ao comprar ativos financeiros, o património do Fundo está exposto a flutuações de preço desses ativos, devido a variações de vários parâmetros como por exemplo: taxas de juro, spread de crédito, preço das ações, taxas de câmbio ou outros.

O Risco de Mercado de uma carteira é avaliado essencialmente pela volatilidade dos seus retornos, medida neste caso com base na respetiva exposição aos diferentes fatores de risco.

É neste conceito que assenta o sistema de acompanhamento e controlo de risco de mercado da carteira sob gestão, estando a sua implementação assegurada por uma solução partilhada entre os gestores e o prestador de serviço elegível para o efeito.

Com efeito, de forma a assegurar um nível aceitável de diversificação, este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total do *portfolio*. Tal traduz-se numa análise rigorosa e completa das fontes de risco mais relevantes, que combina simultaneamente a exposição da carteira aos vários fatores de risco, a volatilidade de cada um e ainda a correlação entre estes e o *portfolio*.

A exposição, ex-ante, da carteira aos principais fatores de risco – mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito ou fatores de estilo – em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um índice de referência é aferida em cada momento através da aplicação do prestador do serviço.

Esta monitorização, sempre que se justifique, conduz a uma análise conjunta da situação que poderá ser levada a discussão em sede de comité de risco e controlo interno de forma a avaliar estratégia de gestão se se entender que não cumpre com a estratégia de exposição a risco compatível com os objetivos desejados.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito corresponde à maior ou menor probabilidade de um emitente de instrumentos de dívida não pagar os juros devidos ou reembolsar o capital aplicado.

A gestão do Risco de Crédito dos OIC baseia-se nas seguintes diretrizes:

- a) Avaliação prévia de um instrumento de dívida em seus aspetos relevantes, tais como setor de atuação da empresa e seu nível de participação no seu mercado de atuação;
- b) Avaliação prévia dos emitentes e da estrutura acionista;
- c) Análise das características dos instrumentos de dívida, tais como prazo, taxa de juro, liquidez e garantias, limite máximo por emitente, impactos na *duration* da carteira dos OIC e restrições regulamentares.

Na gestão do Risco de Crédito são utilizados metodologias e instrumentos conforme discriminação a seguir:

- a) Alocação dos ativos na carteira do OIC, de acordo com o estabelecido na sua política de investimentos;
- b) Atribuição de ratings para os emitentes, pelas principais agências de classificação de risco;
- c) Sistema de acompanhamento e controlo de risco de crédito da carteira sob gestão, estando a sua implementação assegurada por uma solução partilhada entre os gestores e o prestador de serviço elegível para o efeito.

O controlo de crédito é efetuado através da aplicação PORT da Bloomberg.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é entendido como a possibilidade de perda de capital pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor.

Para atender ao Risco de Liquidez, o gestor mantém na carteira do OIC ativos com elevada liquidez para conseguir fazer face a eventuais resgates.

Adicionalmente, e de acordo com a regulamentação em vigor, a Sixty Degrees efetua testes de esforço de liquidez, para cada OICVM sob gestão, validando desta forma a capacidade de proceder à venda de ativos para cumprir com as suas responsabilidades para liquidar resgates, para vários prazos e de vários montantes.

O controlo do Risco Liquidez é efetuado, diariamente, em primeira instância pelo gestor do fundo tendo por base as responsabilidades que o fundo tem de cumprir, associado à liquidez dos ativos que a compõem, garantindo a capacidade da sua venda para pagamento de resgates. Esta monitorização é

efetuada através da aplicação PORT da Bloomberg, bem como pela aplicação dos testes de Esforço de Liquidez trimestrais implementados na Sociedade.

Risco Cambial

O Risco Cambial é entendido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos na avaliação dos ativos que compõem a carteira do OIC, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio utilizadas na conversão para a moeda do OIC, dos ativos denominados em moeda estrangeira.

Tendo em consideração o perfil de risco e a política de investimento de cada fundo de investimento mobiliário, a SIXTY DEGREES poderá recorrer a instrumentos derivados de cobertura cambial, tais como futuros, forwards, opções, contratos de swap cambial ou forward rate agreements.

Risco Operacional

A Sixty Degrees adota uma abordagem sistematizada e centralizada para a gestão do Risco Operacional. Para o efeito, o controlo do Risco Operacional estará inserido na área de Controlo de Risco e *Compliance* da Sixty Degrees que será responsável por implementar o modelo e as políticas adotadas, bem como promover uma cultura de gestão de Risco Operacional. A área de Controlo de Risco e *Compliance* coopera com as restantes áreas da Sixty Degrees no sentido de controlar, monitorizar e desenvolver mecanismos de mitigação do Risco Operacional da Sociedade.

Cabe à área de Controlo de Risco e *Compliance* supervisionar e apoiar a criação de fichas de risco operacional para as atividades críticas desenvolvidas pela Sixty Degrees. Estas fichas identificam os riscos inerentes às atividades, determinando o respetivo tipo e categoria de acordo com o impacto financeiro e a probabilidade da sua ocorrência.

A área de Controlo de Risco e *Compliance* verifica sempre que necessário e pelo menos anualmente, as fichas de Risco Operacional ativas, requerendo junto de cada área o seu estado de atualização e se necessário à sua aprovação.

Todas as ocorrências, comunicadas à área de Risco e Compliance são registadas, identificando as suas causas, bem como a respetiva quantificação do custo operacional associado, de forma a permitir uma melhor compreensão das falhas ocorridas e da tomada de medidas mitigadoras.

Risco Contraparte

A exposição a cada produto derivado OTC e respetiva contraparte é medida ao seu presumível justo valor de realização pelo sistema de valorização de carteiras.

A aprovação de uma nova contraparte para efeitos de negociação é requerida pela equipa de gestão ao Comité de Risco e Controlo Interno que a avalia à luz de diversos fatores

nomeadamente, a qualidade de execução, a competitividade nos custos cobrados, o reconhecimento no mercado onde opera bem como a sua qualidade de crédito (seja detentora de rating ou pela avaliação do último relatório e contas). Sendo o risco considerado aceitável a Contraparte é aprovada e classificada em termos de risco, atribuindo-se-lhe um limite máximo de negociação/instrumento (conforme Procedimento de Aprovação de Contraparte e Procedimento de Identificação de Clientes e Contrapartes).

5.2.2. Políticas de Cobertura e Gestão de Risco

A Sixty Degrees realiza, em representação dos Clientes e das carteiras que gere, operações com instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua atividade, destinadas a cobrir posições das carteiras que tem sob gestão. A Sociedade transaciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre ações ou sobre vários índices. Estas transações, por regra, são efetuadas em mercados organizados, nomeadamente em bolsas de valores, podendo, se necessário, realizarem-se operações em mercados de balcão (OTC – over-the-counter).

A Sixty Degrees limita a exposição global a instrumentos financeiros derivados dos OIC's por si geridos, considerando o risco de mercado da carteira através de uma abordagem baseada no *Value at Risk* (VaR) - uma medida da perda máxima esperada - com um intervalo de confiança a 99% e para um horizonte temporal de 30 dias.

A sociedade gestora, considerando o perfil de risco e a política de investimento do OIC, decide de forma fundamentada e com pressupostos documentados calcular o VaR, i) Relativamente ao VLGF do OIC (VaR absoluto); ou ii) Relativamente ao VaR da carteira de referência (VaR relativo), definida nos documentos constitutivos.

5.2.3. Riscos latentes

Os investidores nos fundos da Sixty conhecem bem o nível de preocupação que a Sociedade Gestora tem com a preservação do capital que lhes é confiado para gestão. Numa situação normal de mercado, privilegiamos sempre a segurança. Esta postura é naturalmente reforçada em situações de crise e em especial no enquadramento global em que vivemos, onde alguns acontecimentos políticos e militares acabam por ter impacto no funcionamento dos mercados financeiros. Tal como nos anos anteriores, a Sociedade mantém a sua atenção nos desenvolvimentos e evolução da guerra na Ucrânia e em Gaza, as interrogações sobre os mercados da energia, e com eles a economia, bem como as tensões políticas internacionais entre os EUA, China e Europa. Estas são algumas das preocupações que as equipas de investimento da Sixty

acompanham de perto e em permanência, junto com as variáveis financeiras habituais.

5.3. Fundos Próprios

Em 2025, a Sixty Degrees apresentou um rácio de Fundos Próprios Totais positivo de 16.38%

5.4. Situação perante a Segurança Social

Nos termos do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que a Sociedade não tem dívidas à Segurança Social.



Anexos

6. ANEXOS

ANEXO 1:

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SIXTY DEGREES

1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Órgão de Administração e à alteração dos estatutos da Sociedade

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um número mínimo de três e um número máximo de sete membros, eleitos pela Assembleia Geral que de entre eles designa o Presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por períodos de três anos, sendo, salvo na medida em que exista disposição legal em contrário, sempre permitida a sua reeleição.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

2. Poderes do Órgão de Administração no que respeita a deliberações de aumento do capital

O Conselho de Administração é o órgão superior de governo da Sociedade, competindo-lhe, nos termos e dentro dos limites da lei e dos estatutos, exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade, bem como praticar todos os atos necessários ou convenientes para a prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social.

O Conselho de Administração não tem poderes para aumentar o capital social da Sociedade.

3. Política de Seleção e Avaliação

Aos membros do Conselho de Administração e aos Colaboradores com Funções consideradas Essenciais na Sixty Degrees são aplicados os procedimentos de avaliação emanados da Política de Seleção e Avaliação da Adequação dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e de titulares de Funções Essenciais aprovada inicialmente na Assembleia Geral de Acionistas da Sixty Degrees de 03 de junho de 2019 e posteriormente revistos. Todos os membros dos seus corpos sociais são objeto de um processo constante de idoneidade de forma a validar a sua capacidade para as funções que desempenham.

4. Política de remuneração dos Colaboradores com Funções consideradas Essenciais da Sixty Degrees

Aos membros do Conselho de Administração e aos Colaboradores com Funções consideradas Essenciais é aplicada, a “Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, revista e aprovada anualmente em Assembleia Geral da Sociedade.

A Política de Remuneração da Sixty Degrees, aplicada durante o exercício de 2025, consta do Anexo 2 ao presente relatório.

5. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Na Sixty Degrees são aplicáveis processos que têm subjacente a descrição de procedimentos a realizar em termos de controlo interno e gestão de risco pelas diferentes áreas da Sociedade.

O seu objetivo é regular os conceitos e métodos de controlo, considerados relevantes, assegurando uma adequada organização administrativa e o controlo satisfatório dos riscos operacionais e financeiros da Sociedade, devendo estar assegurados entre outros os seguintes objetivos fundamentais:

- A garantia da existência e segurança dos ativos;
- O controlo dos riscos da atividade da instituição, nomeadamente, os riscos de crédito, de mercado e de liquidez;
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação contabilística e financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- A adequação das operações realizadas pela instituição a outras disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e a outras regras relevantes para a instituição;
- A prevenção do envolvimento da instituição em operações relacionadas com branqueamento de capitais tendo em vista salvaguardar o bom funcionamento e solidez da Sociedade, protegendo-a dos riscos de erros, irregularidades e fraudes, com o objetivo fundamental de preservar os interesses e património dos seus clientes

Todas as divulgações de informação financeira ou comercial são revistas de forma independente, carecendo se for o caso de aprovação em comité próprio.

6. Relação dos Membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Artigo 289º do código das Sociedades Comerciais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos
Secretário	João Carlos Neto Peixe

Conselho de Administração

Presidente	Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro
Vogais	Maria do Rosário Amado Pinto Correia
	Virgílio Manuel Vargas Garcia (Executivo)
	Nuno Miguel Murta Rosa de Sousa Pereira (Executivo)

Fiscal Único

Fiscal Único	Kreston & Associados - Sroc Lda
Roc Efetivo	Kreston & Associados Sroc
Representada por	Jaime de Macedo Santos Bastos

Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial	Kreston & Associados – SROC, Lda
-----------------	----------------------------------

7. Informação sobre a participação no capital social dos membros dos órgãos de administração e Fiscalização

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, são detidas posições pelos seguintes membros:

Acionista	Participação
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	6.50%
Virgílio Manuel Vargas Garcia	6.14%
Nuno Miguel Murta Rosa De sousa Pereira	4.94%

8. Informação sobre a participação de acionista no capital da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 448º do código das Sociedades Comerciais a estrutura acionista da Sociedade é a seguinte:

Acionista	Participação
Alexandre Carlos de Melo Vieira Costa Relvas	19.88%
Filipe Maurício de Botton	19.88%
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	6.50%
Virgílio Manuel Vargas Garcia	6.14%
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto	5.66%
António Carlos Forte Pereira de Mello Vieira	5.37%
Nuno Miguel Murta Rosa de Sousa Pereira	4.94%
José Miguel Mendes Machado Gil	10.54%

João Pedro Pires Ramos	10.54%
José Nuno Barreiros Antunes Teixeira	10.54%

À data de 31 de dezembro de 2025 o capital social da Sociedade era de 1.270.835€, perfeitamente dentro dos limites regulatórios.

9. Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não há acionistas nestas condições.

10. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício de voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício de direito de voto ou sistemas de destaque de direito de conteúdo patrimonial

Não são aplicadas quaisquer restrições ao direito de voto.

ANEXO 2:

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SIXTY DEGREES

Decorrente da sua constituição em maio de 2019, a Sixty Degrees tem implementada uma Política de Remuneração para os Membros dos Órgãos de administração e de Fiscalização cujo objetivo consiste em:

- i) Promover e ser coerente com uma gestão de riscos sã e prudente, desincentivando a assunção de riscos incompatíveis com os perfis de risco, com o regulamento de gestão ou com os documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo geridos pela Sixty Degrees,
- ii) Ser consentânea com a estratégia empresarial, com os objetivos, valores e os interesses da Sixty Degrees, com os interesses dos organismos de investimento coletivo por ela geridos, com os interesses dos respetivos investidores, e ainda incluir medidas destinadas a evitar conflitos de interesses.

Estrutura da Remuneração

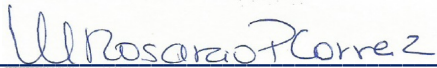
De acordo com a Política de Remunerações em vigor na Sociedade, os administradores da Sixty Degrees em exercício de funções, apenas, irão auferir uma remuneração fixa. Se o crescimento da Sociedade assim o justificar, a Sixty Degrees poderá alterar a sua Política de Remunerações de modo a incluir nesta uma remuneração variável que definirá o equilíbrio entre a parte fixa e a parte variável da remuneração, os tipos de remuneração variável, os critérios de avaliação de desempenho para efeitos da remuneração variável, os limites da remuneração variável, os mecanismos de retenção e de diferimento, os mecanismos de redução e reversão, e outros mecanismos que se revelem necessários para implementar uma política de remunerações flexível consentânea com uma gestão sã e eficaz dos riscos e que não incentive uma assunção de riscos incompatível com os perfis de risco, com o regulamento de gestão ou com os documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo por si geridos, ou que de algum modo possa afetar o cumprimento da obrigação da Sixty Degrees de atuar no interesse dos clientes e dos organismos de investimento coletivo que gere, promovendo o alinhamento com as melhores práticas com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados ao longo do tempo.

Presidente do Conselho de Administração



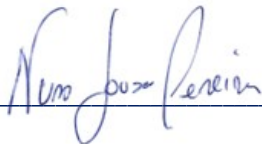
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro

Vogais não-executivos

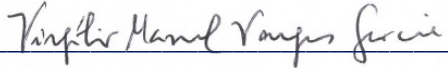


Maria do Rosário Amado Pinto Correia

Vogais executivos



Nuno Sousa Pereira



Virgílio Vargas Garcia

Lisboa, 20 de maio de 2026



Demonstrações Financeiras e Notas Exercício 2025



Demonstrações Financeiras **Exercício 2025**

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.25</u>	<u>31.dez.24</u>
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	28 403,70	33 133,73
Ativos intangíveis	6	5 023,49	24 464,65
Outros investimentos financeiros	7	3 235,49	3 235,49
Outros Créditos a receber	8	15 109,79	15 109,79
Ativos por impostos diferidos	9	475 919,04	507 745,43
Total dos Ativos Não Correntes		<u>527 691,51</u>	<u>583 689,09</u>
Ativo corrente			
Clientes	8	42 667,67	13 215,91
Estado e outros entes públicos	10	159 003,23	27 494,85
Outros créditos a receber	8	865 775,23	576 649,45
Diferimentos	11	29 574,93	7 019,08
Caixa e depósitos bancários	4	1 505 852,00	973 973,62
Total dos Ativos Correntes		<u>2 602 873,06</u>	<u>1 598 352,91</u>
Total do Ativo		<u><u>3 130 564,57</u></u>	<u><u>2 182 042,00</u></u>
Capital Próprio			
Capital subscrito	12	1 270 835,00	1 270 835,00
Prémios de emissão	12	822 165,46	822 165,46
Resultados transitados	12	(1 389 564,34)	(1 290 587,40)
Resultado líquido do exercício		<u>24 556,62</u>	<u>(98 976,94)</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>727 992,74</u>	<u>703 436,12</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	13	183 688,42	56 854,18
Estado e outros entes públicos	10	32 418,18	15 715,34
Financiamentos obtidos	14	169 980,59	169 980,59
Outras dividas a pagar	13	2 016 484,64	1 236 055,77
Total dos Passivos Correntes		<u>2 402 571,83</u>	<u>1 478 605,88</u>
Total do Passivo		<u>2 402 571,83</u>	<u>1 478 605,88</u>
Total do Capital Próprio + Passivo		<u><u>3 130 564,57</u></u>	<u><u>2 182 042,00</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 20 de maio 2026

A Administração

O Contabilista Certificado

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Vazquez Garcia

Rui Filipe Salvaterra Pires

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.25	31.dez.24
Vendas e serviços prestados	15	2 430 066,18	1 325 333,57
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 770 773,53)	(1 011 514,97)
Gastos com o pessoal	17	(476 277,17)	(329 500,36)
Outros rendimentos	18	51,64	4 138,30
Outros gastos	19	(99 570,74)	(70 951,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		83 496,38	(82 495,13)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(24 171,19)	(23 881,07)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 325,19	(106 376,20)
Resultado antes de impostos		59 325,19	(106 376,20)
Imposto sobre o rendimento do período	9	(34 768,57)	7 399,26
Resultado líquido do período		24 556,62	(98 976,94)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 20 de maio 2026

A Administração

Nuno João Pereira *Vinícius Manuel Vazquez Garcia*

O Contabilista Certificado

Rui Filipe Salveteiro Pires

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2025

(Valores expressos em euros)

				Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
				Capital subscrito	Prémios de emissão	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2025	1	Notas		1 270 835,00	822 165,46	(1 290 587,40)	(98 976,94)	703 436,12
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-	-	(98 976,94)	98 976,94	-
	2			-	-	(98 976,94)	98 976,94	-
Resultado Líquido do Período	2						24 556,62	24 556,62
Resultado Integral	3 = 2						123 533,56	24 556,62
Realizações de capital	4			-	-	-	-	-
Posição no fim do Período 2025	5 = 1 + 3 + 4	12		1 270 835,00	822 165,46	(1 389 564,34)	24 556,62	727 992,74

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 20 de maio 2026

O Contabilista Certificado

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2024

(Valores expressos em euros)

				Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
				Capital subscrito	Prémios de emissão	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2024	1	Notas		1 270 835,00	822 165,46	(1 034 052,87)	(256 534,53)	802 413,06
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-	-	(256 534,53)	256 534,53	-
	2			-	-	(256 534,53)	256 534,53	-
Resultado Líquido do Período	2						(98 976,94)	(98 976,94)
Resultado Integral	3 = 2						157 557,59	(98 976,94)
Realizações de capital	4			-	-	-	-	-
Posição no fim do Período 2024	5 = 1 + 3 + 4	12		1 270 835,00	822 165,46	(1 290 587,40)	(98 976,94)	703 436,12

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

A Administração

O Contabilista Certificado

Lisboa, 20 de maio 2026

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Vazquez Garcia

Rui Filipe Salveteiro Aires

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.25	31.dez.24
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		2 255 238,95	1 075 241,56
Pagamentos a fornecedores		(1 988 151,42)	(945 775,41)
Pagamentos ao pessoal		(461 097,26)	(188 506,00)
Caixa gerada pelas operações		(194 009,73)	(59 039,85)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(570,55)	(1 277,94)
Outros recebimentos/pagamentos		726 458,66	623 625,25
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		531 878,38	563 307,46
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	169 980,59
		-	169 980,59
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-	169 980,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		531 878,38	733 288,05
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	973 973,62	240 685,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 505 852,00	973 973,62

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 20 de maio 2026

A Administração

O Contabilista Certificado

Nuno João Pereira *Filipe Manuel Vazquez Garcia*

Rui Filipe Salveteira Pires



Notas às Demonstrações Financeiras Exercício 2025

DESCRIÇÃO DA ENTIDADE

A Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A iniciou a sua atividade no dia 19 de agosto de 2019 e tem por objeto a gestão de Organismos de Investimento Coletivo de Valores mobiliário (OICVM) e Organismos de Investimento Alternativo (OIAVM) e o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução do seu objeto nos termos da lei e regulamentação em vigor. Em 2024 alargou o espectro dos seus serviços passando, decorrente da autorização obtida pelo regulador, a exercer as atividades de Gestão de carteiras por conta de outrem e Consultoria para Investimentos. No final de 2025, alargou a sua atividade passando a gerir fundos Imobiliários.

A 31 de dezembro de 2025, a Sociedade é responsável pela gestão e representação dos seguintes organismos de investimento coletivo;

- Sixty Degrees – PPR/OICVM Flexível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível de Poupança Reforma com o número de identificação fiscal nº 720015804;

- Sixty Degrees – FLEXIBLE ALLOCATION /OICVM Flexível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível com o número de identificação fiscal nº 720017343;

- Sixty Degrees AÇÕES PORTUGAL/OICVM de Ações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações com o número de identificação fiscal nº 720017513;

Sixty Degrees - CARBYNE ABSOLUTE RETURN - Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco Aberto com o número de identificação fiscal nº 720020700;

Sixty Degrees - TEPPE EQUITY VENTURE CAPITAL FUND - Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco Fechado com o número de identificação fiscal nº 720020433 com compartimento 21 POINTS com o nº 720020905;

Sixty Degrees - ARISH CAPITAL FUND - Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco com o número de identificação fiscal nº 720020468 com o Sub-fundo Arish Innovation com o nº 720020476 e o Sub-fundo Arish Revolution com o nº 720020484 e o Sub-Fundo Arish Portugal Hospitality com o nº de identificação fiscal 720021618;

Sixty Degrees - MEDINA PPR OIAVM FLEXÍVEL, Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Flexível, com o número de identificação fiscal nº 720021804;

Sixty Degrees - ACCESS FUND- Fundo de Investimento Alternativo de Capital de Risco Fechado, com o número de identificação fiscal 720021898;

PONTO URBANO TWO INNOVATION, SIC IMOBILIÁRIA FECHADA, S.A.(«SIC»), gerida pela Sixty Degrees, com o número de identificação fiscal 514483273;

POSSIVÂNGULO, SIC IMOBILIÁRIA FECHADA, S.A.» («SIC»), gerida pela Sixty Degrees, com o número de identificação fiscal 5095144162.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril que aprova o Regime da Gestão de Ativos a Sociedade está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, estando sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Regulamento Delegado 231/2013 de 19 de dezembro, com a Lei 16/2015 de 24 de fevereiro e com o Regulamento da CMVM 7/2023, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (adiante designadas por “NCRF”) e normas interpretativas, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 relativas à atividade gestão de Organismos de Investimento Coletivo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCFR, conjugadas com as adaptações específicas relativas à atividade de gestão de organismos de investimento coletivo e que resultam da aplicação, sempre que relevante, do Regulamento Delegado 231/2013 de 19 de dezembro, da Lei 16/2015 de 24 de fevereiro e do Regulamento da CMVM 7/2023.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital próprio da Sociedade é de 1.270.835 euros, não tendo sido efetuado qualquer aumento de capital no período em referência, cumprindo desta forma o disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas como ativos ou passivos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 5
Equipamento básico	4 a 7

As vidas úteis e métodos de amortização são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro/prejuízo tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributáveis dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor na data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Rédito

Comissões

Pelo exercício da atividade de gestão dos Organismos de Investimento Coletivo, a Sociedade cobra as seguintes comissões:

Comissão de gestão

A comissão de gestão, de acordo com o OIC em causa, tem uma componente fixa (i) e uma componente variável:

- Componente Fixa: A comissão varia entre 0.18% e 2.00%, conforme o fundo e a categoria em causa, revertendo a favor da Sociedade Gestora.

- Componente Variável: A comissão, de acordo com o OIC em causa, corresponderá entre 10 e 20% da diferença positiva entre a valorização do Fundo e o indicador de referência definido para cada OIC. Apenas será cobrada a comissão variável se o Fundo obtiver uma valorização positiva versus o parâmetro de referência definido.

Poderá, tendo em consideração a tipologia do fundo, ser aplicado um valor mínimo de comissão de gestão anual no valor de 40.000€ ou 50.000€, independentemente dos ativos sob gestão.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço

que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Júizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados júizos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “Caixa e seus equivalentes” foram incluídas apenas movimentação bancárias uma vez que não existe registo de movimentação feita a dinheiro. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava os seguintes valores:

	2025	2024
Depósitos à ordem	1 505 852,00	973 973,62
	1 505 852,00	973 973,62

O saldo em aberto encontra-se disponível para uso.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	SalDOS a 31 /12/ 2025			SalDOS a 31 /12/ 2024	
	Ativo Bruto	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido
Edifícios e outras construções	36 672,45	11 612,93	25 059,52	9 779,31	26 893,14
Equipamento administrativo	39 434,00	36 089,82	3 344,18	33 193,41	6 240,59
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 291,50	1 291,50	-	1 291,50	-
	77 397,95	48 994,25	28 403,70	44 264,22	33 133,73

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	SalDOS a 31 /12/ 2025			SalDOS a 31 /12/ 2024	
	Ativo Bruto	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido
Programa de computador	14 760,00	14 760,00	-	14 760,00	-
Marca Sixty Degrees	10 455,00	6 970,00	3 485,00	5 924,50	4 530,50
Plataforma Sixty	55 192,50	53 654,01	1 538,49	35 258,35	19 934,15
	80 407,50	75 384,01	5 023,49	55 942,85	24 464,65

Para representar a entidade foi criada a marca “Sixty Degrees”. Os seus custos foram registados numa conta de ativos intangíveis, na rubrica de propriedade industrial. Foi definida uma vida útil indefinida pelo que o bem será amortizado ao longo de 10 anos.

Foi igualmente criada a plataforma Sixty (APP) com o intuito de automatizar todo o processo de onboarding de clientes, angariação e registo informação, que pretendam subscrever fundos da Sociedade.

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

	2025	2024
Fundos de Compensação	3 235,49	3 235,49

8. CLIENTES E OUTROS CREDITOS A RECEBER

Em dezembro de 2025 e de 2024, as rubricas “Clientes e Outros Credores a receber”, apresentavam a seguinte composição:

Clientes:

	2025	2024
	42 667,67	13 215,91
Consultoria ao investimento	42 667,67	13 215,91

Os valores pendentes à data de 31 de dezembro de 2025, são referentes a faturas emitidas durante o exercício de 2025 e serão liquidados no exercício de 2026.

Outros Credores a receber

	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos de Sócios	15 109,79	-	15 109,79	-
Adiantamento Fornecedores	-	6 491,63	-	12 251,27
Acréscimo Comissão de Gestão	-	437 819,05	-	62 313,62
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	-	45 754,91		
Sixty Degrees Flexible Allocation	-	38 244,25		
Sixty Degrees Ações Portugal	-	114 194,36		
Carbyne Absolute Return	-	197 250,19		
Arish Capital Fund - Arish Innovation	-	10 485,56		
Arish Capital Fund - Arish Revolution	-	10 485,57		
Teppe Equity Ventura Capital Fund - 21 Points	-	10 485,58		
Sixty Degrees Medina PPR/OIAVM Flexível	-	4 489,14		
Sixty Degrees Access Fund	-	2 154,08		
Possivângulo	-	1 282,20		
Ponto Urbano Two Innovation	-	2 993,21		
Outros Acréscimos	-	416 507,06	-	497 182,96
Induxtra Caução	-	4 700,00	-	4 700,00
Outros Creditos a receber	-	257,49	-	201,60
	15 109,79	865 775,23	15 109,79	576 649,45

A rubrica Outros Acréscimos incluem os serviços de consultoria de investimento que se encontram pendentes de emissão de faturas bem como a refaturação dos gastos associados à gestão dos fundos (Taxa de supervisão, comissões de research).

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício de 2025, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 20%, podendo ser acrescido ainda um valor de derrama até um limite de 1,5%. Tendo em conta o volume de negócios de 2024, a Sociedade encontra-se isenta de derrama, uma vez que não obteve volume de negócios superior a 1.500.000,00 euros.

No exercício de 2025, o apuramento da Derrama Estadual é efetuado com base nas seguintes taxas: (i) 3% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500.000 euros e inferior 7.500.000 euros; (ii) 5% à parte do lucro tributável

compreendida entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros; e (iii) 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

As despesas de representação são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

O imposto sobre o rendimento no exercício de 2025 e 2024 foi detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Imposto Estimado	(34 768,57)	7 399,26
Imposto Diferido	(31 826,39)	7 969,81
Imposto Corrente	(2 942,18)	(570,55)

Em 31 de dezembro de 2025, o imposto corrente a pagar corresponde à tributação da matéria coletável e da tributação autónoma.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo	2025	2024
	159 003,23	27 494,85
IVA a recuperar	159 003,23	27 494,85
Passivo	2025	2024
	32 418,18	15 715,34
Contribuições Segurança Social	11 490,86	8 639,64
Retenções de impostos sobre Rendimento	7 252,34	4 566,53
IRC a pagar	2 942,18	570,55
Imposto Selo	10 732,80	1 938,62

Os impostos em aberto serão liquidados no decorrer de 2026 nomeadamente em janeiro, fevereiro (IVA) e maio (IRC).

Em 2025, decorrente das duas atividades que passou a exercer no exercício de 2024, sujeitas a IVA, a sociedade, manteve o regime de IVA misto. Para execução destas atividades a sociedade teve de efetuar a aquisição de novos serviços com direito a dedução de IVA, traduzindo-se esta situação num aumento dos valores a recuperar de imposto.

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Gastos a reconhecer	29 574,93	7 019,08
Seguros	2 095,18	4 042,09
Outros	27 479,75	2 976,99

A rubrica “outros” engloba os restantes gastos faturados, mas que respeitam a períodos posteriores, como é o caso de licenças de softwares, segurança e vigilância.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2025, os resultados transitados apresentavam um valor negativo de €1.389.564,34 referente aos prejuízos dos exercícios de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 com os valores de €325 405,37, €325 260,36, €135.698,80, €247.688,34, €256.534,53 e €98.976,94 respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado em dinheiro, estando representado por 1.270.835 ações com valor nominal de 1 Euro cada.

A 20 de maio de 2025, foi deliberado em Assembleia Geral que o resultado líquido negativo do exercício referente a 2024, no montante de €98.976,94, fosse transferido para resultados transitados.

Vai ser proposta na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício, que o resultado líquido positivo do exercício referente a 2025, no montante de €24.556,62, fosse transferido da seguinte forma:

- Reservas legais no valor de 1.227,83€ correspondentes a 5% do valor do resultado apurado;
- Resultados transitados no valor de 23.328,79€, correspondente ao valor remanescente do resultado apurado.

Em 2025, o capital social da Sociedade manteve-se inalterado, não se tendo verificado alterações ao nível dos acionistas. A nova estrutura acionista é a que consta no mapa da nota 21 infra.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores	183 688,42	56 854,18
Prosegur	94,69	-
Trilhos Sêpia	2 500,00	-
Binómio - Máquinas e Sistemas de Informação, Lda.	15 822,11	-
Epoch Multimédia	6 367,77	-
Carbyne Investments	131 020,76	-
Moneris - Serviços de Gestão, Lda.	-	20,00
EDP Comercial	151,16	248,32
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	3 547,39	2 983,63
Induxtra	2 127,06	-
Kreston & Associados SROC	2 217,69	-
Epal Grupo Águas de Portugal	-	97,53
Interbolsa	15,50	-
Altura Markets S.V., SA	4 295,20	1 603,20
Globevisa Group (Hong Kong) Limited	-	50 000,00
AE Global Solutions	480,56	1 901,50
Holborn Immigration Services	5 000,00	-
Henley & Partners International AG	10 000,00	-
Outros	48,53	-
Outras Dívidas a Pagar	2 016 484,64	1 236 023,77
Pagamento de Clientes (faturado em 2026):	383 784,08	293 549,19
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	43 881,51	1 246,13
Sixty Degrees Flexible Allocation	21 348,45	700,70
Sixty Degrees Ações Portugal	82 781,94	1 005,93
Sub-fundo Arish Innovation	7 552,39	-
Sub-fundo Arish Revolution	8 753,49	-
Carbyne Absolut Return	25 777,97	-
21 Points	8 152,39	1 907,63
Sixty Degrees Medina PPR OIAVM Flexível	2 823,38	-
Outros clientes	182 712,56	288 688,80
Acréscimo Férias e Subsídio de férias	48 448,14	38 362,50
Outros acréscimos	89 410,36	140 450,94
Remunerações a Pagar	1 343,59	32,00
Outros credores	1 493 498,47	763 661,14

O saldo da rubrica “outros” clientes” corresponde a valores já recebidos referente à prestação de serviços de consultoria de investimento, que serão faturados durante o exercício de 2026.

O saldo da rubrica “Férias e Subsídio de Férias” corresponde ao valor que será pago em 2026 referente ao direito de férias e subsídio de férias que os colaboradores da Sixty Degrees adquiriram em 2025.

O saldo relativo à rubrica “Outros acréscimos” diz respeito às comissões e acréscimos com rendimentos que aguardam faturação

O Saldo relativo a “Outros Credores” diz respeito aos valores de clientes já recebidos que se encontram pendentes de liquidação junto dos respetivos fundos (conta de passagem).

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de financiamentos obtidos apresentava os seguintes valores:

	2025	2024
	Corrente	Corrente
Empréstimos de Sócios	169 980,59	169 980,59
	169 980,59	169 980,59

A sociedade tem previsto devolver aos sócios o valor dos suprimentos no final do exercício de 2026.

15. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Prestações de Serviços	2 430 066,18	1 325 333,57
Comissão de gestão	888 582,30	283 816,88
Comissão de research	45 012,64	17 116,20
Comissão Subscrição	329 919,00	232 500,00
Comissão Supervisão	15 214,21	5 329,25
Gestão Discricionária e Consultoria para Investimento	1 151 338,03	786 571,24

As prestações de serviços descritas referem-se a comissões cobradas pela Sociedade Gestora aos Fundos, mandatos de cliente de Gestão Discricionária e Consultoria para Investimento. O aumento verificado nas comissões deve-se ao crescimento dos valores globais dos fundos em especial o fundo Sixty Degrees Ações Portugal e às atividades de Gestão Discricionária e Consultoria para Investimento.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecimentos e Serviços Externos	1 770 773,53	1 011 514,97
Subcontratos	37 329,00	-
Trabalhos especializados:		
Advogados	19 524,40	9 624,00
Contabilidade	18 030,18	19 511,93
Auditoria	8 870,76	6 457,50
Sistemas de gestão e IT	98 539,20	6 150,00
Serviços intermediação	369 133,24	201 500,00
Outros	97 977,47	173 799,54
Publicidade e Propaganda	-	2 500,00
Comissões	1 049 696,88	528 798,77
Conservação e Reparação	1 881,01	1 858,00
Vigilância e Segurança	750,20	988,57
Serviços bancários	13 333,82	984,02
Honorários	7 241,09	3 846,83
Ferramentas e Utensílios	1 831,95	3 952,25
Material de escritório	566,03	1 565,92
Energias e Fluidos	2 080,14	2 654,13
Comunicação	3 676,05	5 317,34
Deslocações, Estadas e transportes	3 378,55	835,75
Despesas de Representação	300,49	1 405,58
Rendas e Alugueres	31 585,68	30 917,16
Seguros	3 680,82	5 550,32
Contencioso	693,75	3 012,00
Limpeza, Higiene e Conforto	441,58	201,42
Outros	231,24	83,94

A rubrica de outros trabalhos especializados refere-se a serviços contratados por parte da Sixty Degrees nomeadamente gestão de redes sociais, serviços de consultoria e subscrições de programas necessários ao exercício da atividade. As rubricas com maior variação são as seguintes:

- Honorários – Referente à sub-contratação de colaboradores
- O valor referente a Serviços de intermediação diz respeito a valores pagos a terceiros por angariação de clientes para a sociedade.

As variações nas rubricas “outros” e “sistemas de gestão e IT” devem-se a uma realocação meramente para efeitos de reporte.

A rubrica “comissões” verificou um aumento substancial derivado do incremento nas atividades desenvolvidas pela Sociedade.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Em 2025 e 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Gastos com Pessoal	476 277,17	329 500,36
Remunerações do pessoal	278 082,93	189 292,53
Encargos sobre remunerações	58 702,16	40 995,68
Remunerações dos órgãos Sociais	113 336,59	79 857,60
Encargos sobre remunerações	24 937,58	17 812,63
Seguros de acidentes de trabalho	1 057,55	110,83
Outros	160,36	1 431,09

A 31 de dezembro de 2025, a Sixty Degrees contava com 14 colaboradores, dos quais 10 trabalhadores e 4 membros do Conselho de Administração, sendo três dos membros igualmente sócios da Sociedade. A 31 de dezembro de 2024, a Sociedade contava com 13 colaboradores, sendo a variação com os gastos com o pessoal justificada principalmente pelo aumento das remunerações dos colaboradores em exercício.

18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Outros Rendimentos	51,64	4 138,30
Correções relativas a exercícios anteriores	-	4 131,80
Diferenças de câmbio	51,64	6,36
Outros	-	0,14

19. OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Outros Gastos	99 570,74	70 951,67
Imposto sobre o valor acrescentado	-	42 171,54
Imposto de Selo	200,01	0,07
Taxas CMVM	34 875,78	15 677,44
Despesas não devidamente documentadas	6 720,99	3 505,25
Correções relativas a exercícios anteriores	43 738,66	1 220,14
Quotizações	12 094,00	7 226,00
Multas Fiscais	32,75	53,79
Juros de Mora	-	104,31
Diferenças de câmbio	19,27	102,89
Outros gastos	1 889,28	890,24

20. PARTES RELACIONADAS

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Sociedade é composto por 1.270.835 ações de valor nominal de 1 euro cada, sendo integralmente detido pelos seguintes acionistas:

	2024		
	Ações detidas	% do Capital	Nacionalidade
Alexandre Carlos de Melo Vieira Costa Relvas	252 646	19.88%	Portuguesa
Filipe Maurício de Botton	252 646	19.88%	Portuguesa
Emídio José Bebiane e Moura da Costa Pinheiro	82 636	6.50%	Portuguesa
Virgílio Manuel Vargas Garcia	78 016	6.14%	Portuguesa
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto	71 970	5.66%	Portuguesa
António Carlos Forte Pereira de Mello Vieira	68 264	5.37%	Portuguesa
Nuno Miguel Murta de Sousa Pereira	62 720	4.94%	Portuguesa
José Miguel Mendes Machado Gil	133 979	10.54%	Portuguesa
João Pedro Pires Ramos	133 979	10.54%	Portuguesa
José Nuno Barreiros Antunes Teixeira	133 979	10.54%	Portuguesa
	1 270 835	100%	

Rui Pires



Em 2025, os membros que compõem os órgãos sociais são os que a seguir se discriminam:

Mesa da Assembleia Geral

Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos - Presidente
João Carlos Neto Peixe - Secretário

Conselho de Administração

Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro – Presidente
Maria do Rosário Amado Pinto Correia – vogal não executiva
Virgílio Manuel Vargas Garcia – vogal executivo
Nuno Miguel Murta rosa de Sousa Pereira – vogal executivo

Fiscal Único - ROC

Kreston & Associados – Sroc Lda
Efetivo – Kreston & Associados – Sroc
Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos

Revisor Oficial de Contas

Kreston & Associados – SROC, Lda

Transações com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram originados os seguintes rendimentos e gastos resultantes de transações com partes relacionadas:

	<u>Comissões Recebidas</u>	<u>Comissões Recebidas</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>1 263 513,94</u>	<u>533 433,08</u>
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	187 488,11	124 898,78
Sixty Degrees Flexible Allocation Flexível	66 160,53	53 087,53
Sixty Degrees Ações Portugal	614 184,47	339 357,90
Carbyne Absolute Return	269 126,29	2 938,07
Subfundo 2 - Arish Revolution	40 000,37	10 082,28
21 Points	40 000,36	3 068,52
Subfundo 1 - Arish Innovation	36 055,13	-
Sixty Degrees Medina PPR OIAVM Flexível	4 316,48	-
Sixty Degrees ACESS Fund	2 071,23	-
Ponto Urbano Two Innovation	2 878,09	-
Possivângulo	1 232,88	-

Os outros rendimentos refletem comissões de research e taxas CMVM liquidadas pela sociedade e re-faturadas aos respetivos fundos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<u>2025</u>		
	<u>Adonistas/Sócios</u>	<u>Outros Créditos a receber</u>	<u>Suprimentos</u>
Alexandre Carlos de Melo Vieira Costa Relvas	252 646		
Filipe Maurício de Botton	252 646		
Emídio José Bebiano e moura da Costa Pinheiro	82 636		
Virgílio Manuel Vargas Garcia	78 016	4 195,48	
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto	71 970	3 870,25	
António Carlos Forte Pereira de Mello Vieira	68 264	3 671,05	
Nuno Miguel Murta de Sousa Pereira	62 720	3 372,91	
José Miguel Mendes Machado Gil	133 979		
João Pedro Pires Ramos	133 979		
José Nuno Barreiros Antunes Teixeira	133 979		
	<u>1 270 835</u>	<u>15 109,69</u>	<u>-</u>

21. FUNDOS GERIDOS

Os principais dados financeiros dos Fundos geridos pela Sociedade, em 31 de dezembro de 2025, eram os seguintes:

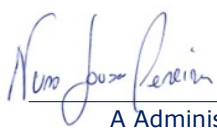
	2025			
	Capital Realizado	Valor do Fundo	Resultado Líquido	Variações Patrimoniais
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	14 356 350	16 521 547	616 077	(13 720)
Sixty Degrees Flexible Allocation Flexível	3 317 214	3 920 657	126 651	18 747
Sixty Degrees Ações Portugal	29 937 685	36 269 368	5 346 076	58 134
Sixty Degrees Medina PPR/OIAVM Flexível	2 826 877	2 815 698	(11 179)	-
Sixty Degrees Access Fund	2 400 000	2 342 415	(62 760)	-
Carbyne Absolute Return	14 706 069	17 104 051	1 870 990	-
Arish Capital Fund - Arish Revolution	19 600 000	20 054 032	461 345	-
Arish Capital Fund - Arish Innovation	6 900 000	7 096 198	196 198	-
Teppe Equity Ventura Capital Fund - 21 Points	2 350 000	2 091 060	(103 056)	-
Ponto Urbano Two Innovation	496 000	14 073 240	11 992 674	-
Possivângulo	50 000	3 513 247	2 621 569	-

22. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

No que respeita ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do Artigo 66.º A, do Código das Sociedades Comerciais, a Administração informa que os honorários totais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 relativos a serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, referentes à revisão legal das contas foram de 7.000 euros (+ iva).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.


Nuno João Pereira
A Administração


Rui Filipe Solveteiro Pires
O Contabilista Certificado

Lisboa, 20 de maio de 2026



Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** (SIXTY DEGREES SGOIC), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.130.565 euros e um total de capital próprio de 727.993 euros, incluindo um resultado líquido de 24.557 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da SIXTY DEGREES SGOIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da SIXTY DEGREES SGOIC de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;



- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da SIXTY DEGREES SGOIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da SIXTY DEGREES SGOIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da SIXTY DEGREES SGOIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a SIXTY DEGREES SGOIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as

transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a SIXTY DEGREES SGOIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de junho de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC nº 599 e na CMVM nº 20160252



Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas, relatório de gestão e proposta apresentados pela Administração da **SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da SIXTY DEGREES SGOIC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, com base na informação recebida da Administração e dos serviços administrativos da SIXTY DEGREES SGOIC. No âmbito das competências legalmente estabelecidas procedemos à realização dos atos de verificação que considerámos necessários para o desempenho das nossas funções.

No final do exercício examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, examinámos também o relatório de gestão e a proposta de aplicação dos resultados nele contida tendo concluído que estão elaborados em conformidade com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Como consequência do exame efetuado, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido. Face ao exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- O relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 25 de junho de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC nº 599 e na CMVM n.º 20160252

**PARECER SOBRE A REVISÃO ANUAL DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS
MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA SIXTY
DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO
COLETIVO, S.A.**

(EXERCÍCIO 2025)

De acordo com o disposto na alínea (viii) do ponto o ponto 5.2 da Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da **SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** (“Sociedade”), compete ao Fiscal Único, no âmbito da sua revisão anual, verificar e garantir que:

- a) A Política de Remunerações é efetivamente aplicada;
- b) Os pagamentos das remunerações são os adequados e que o perfil de risco e os objetivos de longo prazo da instituição estão a ser adequadamente refletidos;
- c) A Política de Remunerações está de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor, bem como com os princípios e recomendações nacionais e internacionais aplicáveis.
- d) É submetida anualmente à Assembleia Geral proposta de alteração à Política de Remuneração

Foi-nos disponibilizada pelo Conselho de Administração e pelos serviços competentes da Sociedade documentação para se proceder à avaliação da política de Remunerações dos Membros dos Órgãos do Conselho de Administração e de Fiscalização, bem como do seu cumprimento. Não estando prevista qualquer alteração, para nela se incluir uma remuneração variável, concluímos que a mesma está em cumprimento com a regulamentação em vigor e requisitos internos da Sociedade.

Assim, somos de parecer que está cumprido o determinado na alínea (viii) do ponto 5.2 da Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, pelo que se propõe que Assembleia Geral da Sociedade aprove:

- A política de Remunerações dos Membros dos Órgãos do Conselho de Administração e de Fiscalização, a vigorar para o exercício de 2026, tal como apresentada à Assembleia Geral.

Lisboa, 22 de abril de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC n.º 599 e na CMVM n.º 20160252